

lisgráfica

IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

(Sociedade Aberta)

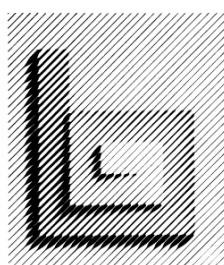
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2007

CAPITAL SOCIAL: 5.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O N° 2 184

PESSOA COLECTIVA N° 500 166 587



lisgráfica

**IMPRESSÃO
E ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Casal de Santa Leopoldina
2730-053 BARCARENA

Capital Social: 5.000.000 €
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Cascais sob o n.º 2184

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

GRAFILIS



ORGÃOS SOCIAIS
Mandato 2007 - 2010

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques
Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães
Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio
Vogais: José Luis André Lavrador
José Pedro Brás Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)
Vogais: José Manuel Varandas Marques
Filipa Cordeiro
Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o nº 231, representada por
Paulo Jorge Duarte Galvão André, (ROC nº 979)

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2007

Nos termos da Lei, designadamente do que está contido no Art. 508º-A do Código do Mercado de Valores Mobiliários e tendo em conta o disposto no Dec-Lei 238/91, de 2 de Julho, modificado pelo Dec-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, submetemos à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio reportados a 31 de Dezembro de 2007 e o respectivo Anexo.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas segundo as disposições do normativo contabilístico vigentes em Portugal (POC e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de relato Financeiro efectivas para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2005. Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeita à actividade e resultados das Empresas do Grupo durante o exercício de 2007.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DO GRUPO

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

O ano de 2007 foi marcado, ao nível da actividade económica e dos mercados financeiros, pelos efeitos da crise do *crédito hipotecário subprime* nos EUA onde, a partir de finais de Julho, o ajustamento no mercado da habitação e o aumento dos rácios de crédito vencido na economia americana determinaram uma desvalorização significativa do crédito titulado de alto risco. A incerteza quanto às perdas a suportar pelo sistema financeiro desencadeou uma forte deterioração dos níveis de confiança dos investidores que provocou uma secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito.

Na Zona Euro a Euribor a 3 meses subiu de 3,725% para um máximo de 4,953% caindo depois para 4,684% em resultado de fortes injecções de liquidez no mercado monetário por parte do BCE.

A *yeld* dos títulos da dívida pública a 10 anos desceu de um máximo anual de 4,677% em Julho para 4,307%.

A conjuntura económica caracterizou-se ainda em 2007 por uma subida significativa do preço do petróleo, reflectindo um desequilíbrio entre o crescimento da oferta e da procura, ampliados por um aumento dos riscos geopolíticos, pela depreciação do USD e por uma procura crescente de cariz especulativo.

Em termos médios anuais, o preço do Brent subiu de USD 65,4/barril para USD 72,5/barril, tendo atingido cerca de USD 94/barril no final do 4º trimestre, registando-se igualmente subidas significativas dos preços das matérias-primas não energéticas, com destaque para as *commodities* alimentares.

As subidas de preços das *commodities* aumentaram as preocupações com a inflação, penalizando o desempenho nos mercados accionistas.

No conjunto do ano, os índices Dow Jones e Nasdaq registaram subidas de 6,43% e 9,81%, respectivamente, mas com quedas no 4º trimestre de 4,54% e 1,82%.

Na Europa, os índices DAX, CAC e IBEX valorizaram em 22,3%, 1,31% e 7,32% no conjunto do ano mas, no último trimestre, o seu desempenho degradou-se com variações de 2,62%, 1,78% e 4,16%, respectivamente.

Em consequência de um ambiente monetário e financeiro mais restritivo, observou-se nos últimos meses do ano uma desaceleração da actividade nas principais economias desenvolvidas, levando o respectivo crescimento anual a descer de 3% para 2,6%. Tal facto não evitou que, no seu conjunto, a economia mundial registasse mais um ano de crescimento acentuado, que se estima em torno de 4,9%, contra 5% em 2006. Para este registo contribuiu decisivamente o desempenho favorável das economias emergentes e em desenvolvimento com uma variação do PIB de 7,8%, que compara com 7,7% em 2006.

Nos EUA, o PIB manteve em 2007 a tendência de abrandamento já registada nos últimos anos, com o respectivo crescimento a descer de 2,9% para 2,2%, fundamentalmente em resultado da queda de 17% no investimento residencial.

O consumo privado registou apenas uma ligeira desaceleração de 3,1% para 2,9%, suportado por uma estabilização da taxa de desemprego cifrada em 4,6% da população activa.

A deterioração das condições nos mercados monetário e de crédito e a expectativa de elevadas perdas das instituições financeiras expostas ao crédito *subprime* contribuíram para uma deterioração significativa dos principais indicadores de confiança da economia americana.

A Zona Euro registou em 2007 um crescimento do PIB de 2,7%, traduzindo ligeira queda face aos 2,8% observado em 2006, mas acima do potencial pelo segundo ano consecutivo. Este desempenho favorável é explicado, principalmente, pelos fortes crescimentos das exportações de bens e serviços (6%) e do investimento (4,8%), particularmente visíveis nos três primeiros trimestres.

A actividade económica da Zona Euro e, em particular, as duas variáveis acima referidas continuaram a beneficiar de uma procura externa forte, designadamente a oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente, bem como da situação equilibrada dos balanços das empresas do sector não financeiro, evolução que se traduziu numa descida da taxa de desemprego de 8,2% para 7,3%, enquanto que o consumo privado registou um crescimento moderado, desacelerando de 1,9% para 1,6%.

A economia da Zona Euro não ficou, entretanto, imune aos efeitos da crise de crédito nos EUA tendo as perturbações dos mercados monetários e do crédito contribuído para uma deterioração dos principais indicadores de confiança empresarial na segunda metade do ano que, em conjunto com um arrefecimento da actividade externa, determinaram uma desaceleração mais visível do crescimento do PIB no último trimestre (de 0,8% para 0,4%).

A queda dos índices de confiança empresarial também pode ser atribuída à apreciação do euro – no conjunto de 2007 o euro apreciou-se cerca de 11% face ao dólar, para EUR/USD 1,4583 - e ao seu potencial impacto negativo sobre as exportações.

A economia espanhola registou em 2007 um crescimento de 3,8%, performance que representa uma desaceleração apenas marginal face aos 3,9% registados em 2006.

O consumo privado apresentou no conjunto de 2007 um crescimento de 3,4, ligeiramente abaixo do registo do ano anterior, enquanto o investimento viu o seu crescimento descer de 6,8% para 6%, evolução derivada do abrandamento da actividade de construção de 6% para 4,2%, já que as despesas em bens de capital apresentou uma variação anual robusta de 11,7%.

Não obstante os sinais de desaceleração no final do ano, o crescimento ainda relativamente forte da actividade económica e do emprego permitiu a manutenção de um excedente das contas públicas de 1,9% do PIB sendo que o saldo conjunto das balanças corrente e de capital voltou a agravar-se de -8,1% para -8,7% do PIB, reflectindo o peso ainda elevado da procura interna no crescimento.

A economia portuguesa prosseguiu em 2007 a tendência de recuperação gradual observada nos anos mais recentes, tendo o crescimento do PIB subido de 1,2% para 1,9%.

Ainda que registando desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 6,7%, tendo para este registo contribuído não só as mercadorias, mas também os serviços (turismo, serviços de transporte, consultoria e de intermediação comercial); transparece também uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África, Ásia e América Latina.

Evidenciada a importância das exportações sublinha-se, contudo, que o maior contributo para a aceleração do PIB em 2007 fica a dever-se à evolução da procura interna, em particular a formação bruta de capital fixo que cresceu 1,4% em termos reais, após dois anos de quedas, respectivamente, -1,5% em 2005 e -1,3% em 2006.

Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima dos 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança.

O consumo privado cresceu 1,3% no conjunto do ano de 2007, comparando com 1,1% em 2006, mas este agregado revelou um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias que adoptaram uma atitude mais cautelosa na realização de despesas de consumo como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado; por outro lado, a taxa de desemprego subiu, em termos anuais, de 7,7% para 8% da população activa.

O sentimento das famílias também terá sido penalizado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares que, em conjunto, concorreram para uma taxa média anual de inflação de 2,5%, que compara com 3,1% em 2006, mas com este registo a ser afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do IPC.

Em termos homólogos, o Índice de Preços no Consumidor terminou o ano com uma variação de 2,7%, com os preços dos bens energéticos a subirem 9,4%.

A política orçamental assumiu em 2007 uma natureza restritiva, a qual determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no PEC de um défice inferior a 3% do PIB.

Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações concorreram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB.

A aceleração do crescimento do PIB e a redução do défice orçamental ocorreram num contexto externo particularmente difícil, marcado pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime*. A despeito de o sector bancário português não estar sujeito a uma exposição directa a tal fenómeno, a deterioração de confiança nos mercados financeiros externos e o ambiente globalmente mais restritivo ao nível da liquidez, traduziram-se em condições de financiamento mais selectivas para as instituições financeiras nacionais.

O PSI-20 registou uma valorização de 16,3% no conjunto do ano mas, em linha com a evolução dos mercados accionistas europeus, o seu desempenho foi mais moderado no último trimestre, com uma variação de 8,3%.

1.2 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

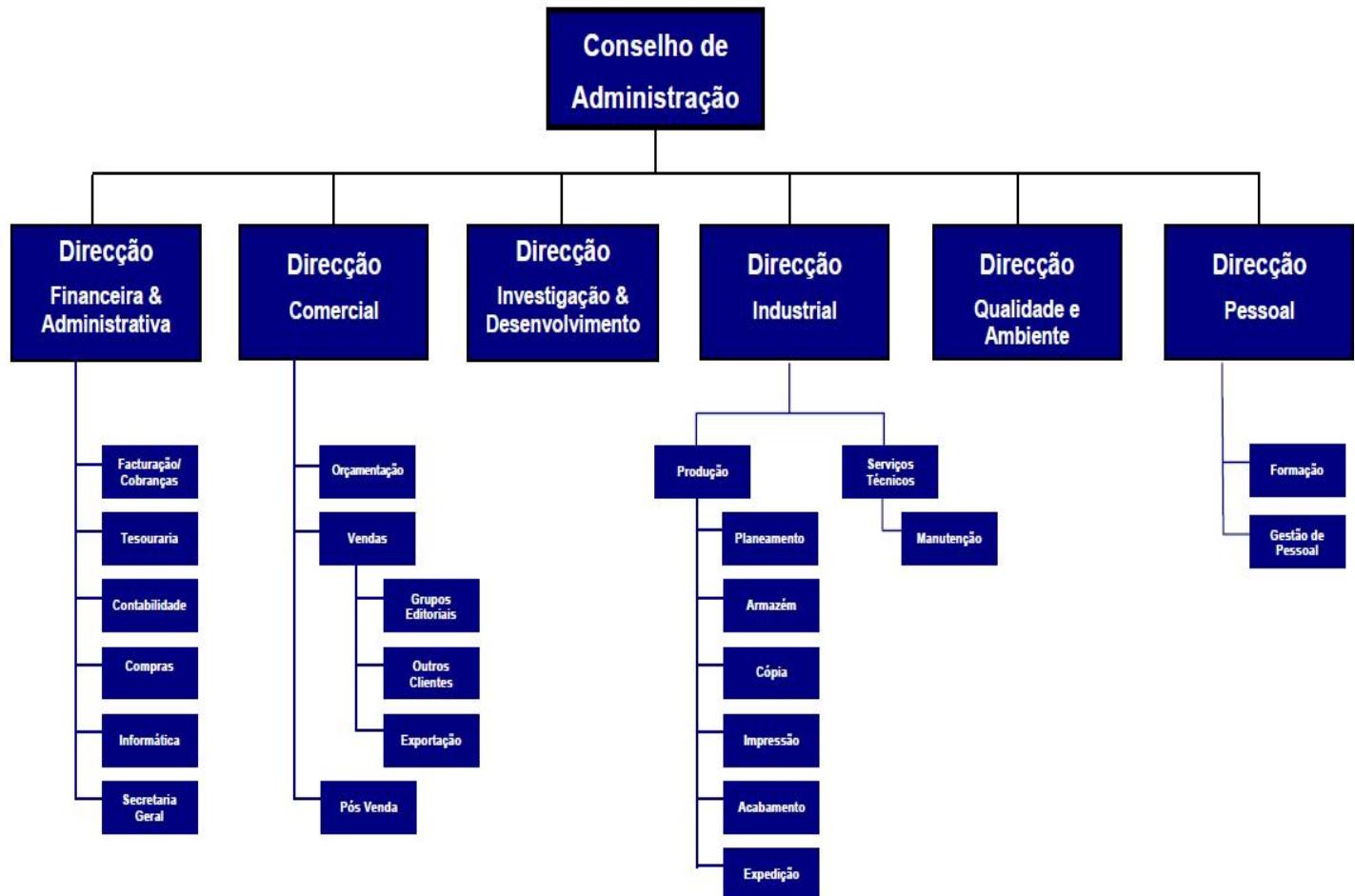
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade e Ambiente, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organograma que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004, com ajustamentos recentes.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo o planeamento, gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros, todos executivos, como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.



2. Não há comissões criadas na sociedade.

3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:
 - (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
 - (b) o anúncio de resultados;
 - (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Tem sido apresentado sistematicamente no capítulo 1.2 Governo das Sociedades dos Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, gráficos ilustrativos da evolução da cotação das acções da Empresa no ano/semestre em causa e no mesmo capítulo alude-se à política de dividendos da sociedade, afirmando-se designadamente que nos dois exercícios seguintes à entrada em bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euros/acção, política abandonada em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda subsiste, que redundou em sucessivos exercícios deficitários e na queda dos capitais próprios que conduziu à deliberação recente de redução e aumento de capital.

Como política de princípio pode dizer-se que existe a intenção de distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

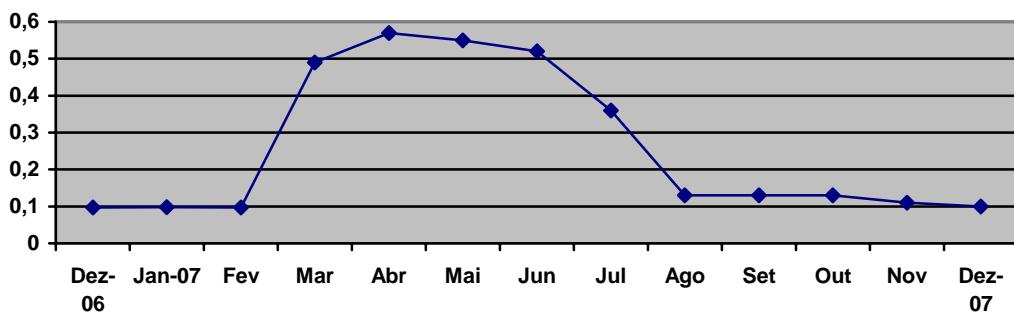
Pensamos ainda que a evolução das cotações ao longo do tempo estará mais ligada às características do mercado accionista periférico e à baixa liquidez do mesmo, do que à política de distribuição de dividendos e ao valor da empresa.

Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas. O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas.

Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.

Em 13 de Março de 2007 passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2007 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma subida entre o final do ano de 2006 e meados do ano de 2007 (0,097 em 29/12/06, contra 0,52 em 29/06/07) e uma derrapagem no 2º semestre para estabilizar em 0,1 no final do exercício (0,36 em 31/07/07 e 0,1 em 31/12/07), sendo que a análise da evolução no período em apreço deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital.



4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.
6. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.

O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Factos Relevantes, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em Preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades Comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do exercício de 2008.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

7. Não existe comissão de remunerações do órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, ainda que a recente alteração do Pacto Social tenha deixado aberta a possibilidade da sua criação futura. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

8. A seguir indicamos os montantes pagos no exercício:

- Remuneração do Conselho de Administração Euros 193.783
- Remunerações ao Conselho Fiscal Euros 40.250
- Remunerações ao Auditor Externo Euros 70.000

A remuneração colectiva do órgão de administração foi de Euros 193.783, tendo apenas componente fixa, ainda que os estatutos prevejam no nº1 do artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros, circunstância que a realidade da operação tem impossibilitado. Deste modo, a remuneração atribuída no exercício aos três membros do órgão de administração, no valor global acima referido teve carácter exclusivamente fixo.

Por outro lado, a qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é anualmente feita em assembleia geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho. Não estão contemplados quaisquer prémios e/ou incentivos não pecuniários ligados ao desempenho ou performances alcançadas, atribuíveis ao órgão de administração. Não ocorreram quaisquer pagamentos por outras sociedades em relação de domínio ou grupo. O montante da remuneração indicada para o Auditor Externo respeita, integralmente, à prestação de serviços de revisão legal de contas.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência. O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, passando a regrer-se nos seguintes termos, após a recente alteração dos estatutos:

“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 2.500 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias, após a recente alteração dos estatutos, dando eco às recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 2.500 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas (actualmente e para o quadriénio 2007/2010 o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM) e, mensalmente, pelo Presidente do Conselho Fiscal, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.

Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa

Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, cujos efeitos foram suspensos nos exercícios de 2005 e 2006 tendo sido retomado em Janeiro de 2007, conforme deliberação de Assembleia Geral de 30/05/07.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme recente alteração do pacto social é de sete, é actualmente composto pelas seguintes pessoas, com mandato conferido em Assembleia Geral de accionistas de 30/05/07 para o quadriénio de 2007/2010:

Presidente: Engº António Pedro Marques Patrocínio

Vogais: Dr. José Luís André Lavrador

Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro

Não existe Comissão Executiva na sociedade e os três membros do órgão de gestão acima identificados desempenham funções executivas não existindo, de momento administradores não executivos, recomendação que a sociedade procurará, de futuro, respeitar; até lá as respectivas competências serão, eventualmente, exercidas por outros órgãos sociais.

Também não existem administradores independentes, no conceito legal, ainda que o Presidente do Conselho de Administração e o vogal José Luís A. Lavrador não tenham interesse, participação ou relações especiais com os accionistas que detêm posição maioritária na sociedade. Apenas o vogal José Pedro Brás Monteiro desempenha funções de administrador e é accionista na Gestprint, empresa Holding.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no exercício com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 193.783.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre, de uma maneira geral, as recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 2 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de Administração, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral, devendo acrescentar-se, ainda, a sua disponibilidade para acatar no tocante a tais recomendações designadamente os seguintes pontos:

(i) Tomando boa nota da recomendação respeitante à inclusão de administradores não executivos, a qual de momento não é possível satisfazer, vai a sociedade procurar dar cumprimento no futuro, eventualmente até, se tal se revelar realizável, sendo as respectivas competências exercidas por titulares de outros órgãos sociais.

(ii) Registamos a recomendação relativa ao dever de inclusão de membros independentes, cujo cumprimento está directamente ligado ao ponto anterior;

(iii) Já na assembleia geral realizada em 30/05/07 foi aprovada a alteração de estatutos da sociedade de forma a cumprir a recomendação sobre política de remunerações e igualmente a concretizar melhor esta recomendação agora feita e com vista à apreciação pela próxima assembleia geral anual de accionistas;

(iv) Não existem nos estatutos, nem noutra área da sociedade, quaisquer regras diferentes das legais sobre a nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e a alteração dos estatutos da sociedade.

2. GRUPO LISGRÁFICA

O “Grupo Lisgráfica” é constituído pela LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e Empresas Subsidiárias e tem como actividade principal a impressão de Revistas, Jornais e Publicações Similares.

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido pelo Grupo, em 31/12/2007 são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica, S.A.	Impressão de Revistas e Jornais	27-12-1973	Queluz de Baixo	-
Subsidiárias				
Grafilis, S.A.	Composição, Fotolito, Montagem	18-10-1984	Queluz de Baixo	100,00%
Gestigráfica, SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	02-02-1993	Queluz de Baixo	100,00%

As empresas subsidiárias, Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A., e Gestigráfica – SGPS, S.A. foram incluídas na consolidação pelo método da integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1º do Dec – Lei 238/91, de 2 de Julho.

No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital social da Gestigráfica, detidos pela Heska, desde a data do aumento de capital, pelo seu valor nominal que ascendeu a 5 mil euros, pelo que a Empresa se apropriou dos 100% acima assinalados, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o acordo é irrevogável.

No final do 1º trimestre de 2006 ocorreu a alienação à Cofihold da participação de 50%, detida directamente pela Lisgráfica na Grafedisport, operação que originou um encaixe de cerca de 2 milhões de Euros, envolvendo a participação e prestações acessórias de capital.

No final do exercício de 2006, e concretizando o protocolo estabelecido anteriormente, ocorreu a alienação por parte da Gestigráfica da participação de 9,03% do capital da Naveprinter à Global Notícias.

Apesar de a apresentação das Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa continuar a apresentar no exercício em apreço Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações dimanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.

3. BREVES NOTAS E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESAS MÃE E SUBSIDIÁRIAS

3.1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO (POSIÇÃO INDIVIDUAL – POC)

3.1.1. LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, SA.

A Lisgráfica é uma Sociedade Anónima, constituída em 27/12/1973 e tem como objecto social o exercício da indústria gráfica geral, bem como de qualquer outro ramo de comércio ou indústria que deliberar explorar, observando sempre os condicionalismos específicos, porventura existentes, podendo importar e exportar máquinas, equipamentos, matérias-primas ou produtos de qualquer natureza.

Desenvolve como actividade principal a impressão e acabamento de Revistas, Catálogos, Boletins de Totobola/Totoloto desde início de 1995 e, por fim, Listas Telefónicas desde 1998, tendo deixado de desenvolver, de forma autónoma, actividade no segmento de Impressão de Jornais desde o início de 2004, face à constituição da Grafedisport, subsidiária onde a Lisgráfica detinha 50% de posição accionista, que alienou em final do trimestre do exercício de 2006.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura altamente desfavorável, ainda que alguns indicadores apontassem no sentido da recuperação e de um crescimento da economia reforçado em relação a um passado recente, o Sector Gráfico continuou agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Enquadrada que foi a conjuntura em que a actividade decorreu, assinalemos as principais ocorrências do exercício.

Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas.

O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas.

Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.

Em 13 de Março de 2007 passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano, sendo que a admissão à negociação dos novos títulos foi concedida em 30 de Julho de 2007.

Na sequência da operação imobiliária concretizada com o ESAF em Julho de 2004, continua em desenvolvimento um projecto imobiliário visando as áreas não necessárias à operação industrial, cujo estudo prévio deu já entrada na Câmara Municipal de Oeiras, que aguarda decisão; a decisão que recair sobre tal projecto terá impacto no “quantum” da renda face à comercialização dos lotes que vierem a ser autorizados, havendo manifestação de interesse de vários candidatos aos módulos que vierem a ser aprovados, ao mesmo tempo que se estuda com aquele Fundo a possibilidade de revisão do *yeld* em função da demora de aprovação do projecto numa óptica de compensação com a partilha de potenciais mais-valias resultantes da operação.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas, resultou um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

No quadro deste acordo foram satisfeitas pela Empresa, durante o exercício, prestações representativas de 1.331 mil Euros, repartidos por 1.157 mil Euros de capital e 174 mil Euros de juros de mora/compensatórios tendo, em consequência de tal cumprimento do acordo, sido requerida e obtida a actualização do valor das garantias bancárias prestadas aos credores.

Em 21 de Dezembro de 2007 foi divulgado um Comunicado ao mercado informando ter sido aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração um projecto de fusão por incorporação, mediante transferência global do património da Heska para a Lisgráfica.

A incorporação da Heska na Lisgráfica implicará um aumento de capital da Lisgráfica no montante de 4.334.831 euros mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 euros por acção, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska.

O projecto divulgado nos termos acima referidos foi aprovado em Assembleias Gerais de Accionistas das duas Empresas em 15/02/08, sendo que a fusão projectada ficou condicionada à obtenção das autorizações das entidades de supervisão, designadamente a obtenção de declaração pela CMVM de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição que vier a resultar da fusão para a accionista da sociedade incorporada, autorizações entretanto obtidas em 8 de Abril de 2008.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se um ligeiro incremento das Vendas Globais Líquidas, face ao ano de 2006, de cerca de 188 mil Euros (0,6%), traduzindo um queda de cadernos impressos de cerca de 50 milhões, ilustrativa da conjuntura em que a operação decorreu.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota um crescimento no tocante à *Família Revistas Semanais e Mensais* traduzida em cerca de 1,1 milhões de Euros, uma queda na *Família Suplementos* traduzida em cerca de 907 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 25 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 513 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Folhetos/Catálogos* da ordem de 768 mil Euros.

Os Abatimentos a Vendas traduzidos no Rappel concedido denotam uma redução da ordem de 315 mil Euros relativamente ao exercício de 2006, contribuindo com tal apporto para a melhoria das Vendas Líquidas.

As performances de Vendas ficaram aquém do Orçamento anual num valor rondando os 1,650 milhões de Euros (4,6%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, decréscimo de proveitos de cerca de 54 mil Euros e 453 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a redução de serviços prestados a Outras Empresas que operam no espaço geográfico da Lisgráfica no quadro dos Protocolos de Colaboração com a Gрафedisport e Outras Empresas e, no que à segunda respeita, a não repetição dos proveitos gerados no exercício anterior, relacionados com a regularização de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 24 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2007 face ao exercício anterior.

Do que antecede decorre que, a despeito do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio positivo global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 188 mil Euros, contrariado pela degradação verificada em *Proveitos Suplementares e Outros Proveitos Operacionais*, respectivamente com 54 mil Euros e 453 mil e ajudada com desvios favoráveis registados em *Variação da Produção e Reversão de Amortizações e Ajustamentos* com, respectivamente, 24 mil Euros e 797 Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 294 mil Euros.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração observou-se, apesar de todo o esforço, um agravamento dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2006, de cerca de 3,9 milhões de Euros.

Concorreram para tal desiderato, os CMVC que denotam um incremento de cerca de 861 mil Euros (8,5%), explicado pelo maior consumo de papel – 365 mil Euros- determinado pelo crescimento das vendas da Família Folhetos/Catálogos, acompanhada dos consumos de Tintas com agravamento de cerca de 422 mil Euros e, com menor expressão, de Chapas e das Outras matérias primas e subsidiárias, respectivamente com 25 mil Euros e 32 mil Euros.

Os FSE registaram um agravamento de 264 mil Euros (3,02%), reflectindo uma proporção de 26,4 % da facturação, contra 25,8% em 2006, registando-se uma ligeira queda de tal rácio.

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 647 mil Euros (5,76%), representando 31% das Vendas Líquidas, contra 33,1% em 2006.

Apesar das medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um agravamento de 164 mil Euro (6,35%), traduzindo por um lado o agravamento das taxas e, por outro, o registo da perda decorrente da alienação efectuada no exercício das acções do Mbcp que permaneciam em carteira.

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um agravamento de 1,410 milhões de Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício, contrariados por amortização extraordinária praticada em alguns equipamentos de reduzida utilização.

Os Ajustamentos praticados no exercício, destinados a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como Investimentos Financeiros relacionados com a correcção do preço de alienação de uma associada , e atingiram 1,751 milhões de Euros rubrica que, no exercício de 2006 tinha extensão marginal.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 4,8 milhões de Euros no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável, de cerca de 268 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2007 e 2008, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobraeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas

2005	2006	2007
1.809.025	2.082.635	2.033.105

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.

Tendo-se registado um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), em 2003 face a 2002, fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, no exercício de 2004 consolidou-se tal crescimento que registou uma expressão de 119 milhões de cadernos (8%), que voltou a confirmar-se em 2005 em que se observou novo incremento de cerca de 177 milhões de cadernos (10,8%), sendo que a análise da evolução se limita à impressão Heat-Set. Registou-se um incremento a nível de Heat-Set em 2005, ano em que do total da actividade da Empresa cerca de 89,22% foi impresso em Heat-Set, enquanto que no ano transacto se verificara um rácio de 86,98%. Em 2006 voltou a reforçar-se a tendência, registando-se um incremento de cerca de 274 milhões de cadernos (15,1%), tendo-se observado uma melhoria dos rácios de produtividade sob qualquer prisma que os analisemos. Em 2007 registou-se uma queda de cerca de 50 milhões de cadernos impressos (2,5%), constituindo o primeiro ano da história da Lisgráfica em que não se superou a produção do ano anterior.

Apesar de tal performance negativa e ilustrativa da quebra de actividade, a produtividade da produção não só cumpriu os objectivos de acordo com os critérios usados, como atingiu novos máximos, denunciando grande eficiência no uso dos meios disponíveis.

2. Produção Linhas Ponto Arame

2005	2006	2007
249.280	310.151	302.880

Unidade: Mil Exemplares

3. Produção Linhas Capa Colada

2005	2006	2007
18.020	17.421	19.257

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “*Muller-Martini*” modelo 300, uma Linha “*Heidelberg*”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “*Bhurs Zandaam*”, uma Linha “*Muller-Martini*” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou uma ligeira queda de cerca de 7,3 milhões de exemplares (2,3%), enquanto que na Capa Colada se registou um acréscimo da ordem dos 1,8 milhões de exemplares (10,5%), indicando um maior recurso a este tipo de acabamento.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 4,8 milhões de volumes, registando uma quebra de cerca de 600 mil volumes.

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas

O Departamento produziu em 2007 cerca de 4,8 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um decréscimo de cerca de 64 milhões de cadernos de 16 páginas em relação a 2006 (381 milhões de cadernos em 2006, contra 317 milhões em 2007) circunstância que tem como pressupostos uma reformulação editorial e um ajustamento da política de distribuição levados a cabo pelo Editor.

INVESTIMENTO

No exercício de 2007 o investimento voltou a registar o comportamento típico que inverteu nos três últimos exercícios, denunciando uma trajectória de crescimento.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas, como foi o caso dos referidos três últimos exercícios.

Depois de no exercício de 2004 se ter registado um desinvestimento que, em termos brutos, se cifrou em cerca de 72 milhões de Euros, fundamentalmente em resultado do abate dos Terrenos e Instalações objecto da Operação Imobiliária e ainda dos Activos entregues à Grafedisport como forma de realização de capital e prestações acessórias bem como do abate da Rotativa de Revistas sinistrada, e apesar de terem ocorrido adições representativas de cerca de 3,2 milhões de Euros, voltou em 2005 a verificar-se um desinvestimento ainda que com uma expressão menor, de cerca de um milhão de Euros.

Em 2006, tendo as adições representado cerca de 684 mil Euros, verificaram-se abates/alienações de cerca de 1,5 milhões de Euros e regularizações com valor marginal de 12 mil Euros, realidades que concorreram para um desinvestimento líquido a rondar os 832 mil Euros.

Em 2007 as adições representaram um valor de cerca de 10,2 milhões de Euros, verificaram-se abates/alienações de cerca de 3,6 milhões de Euros, factores que no seu conjunto concorreram para um investimento bruto de 6,6 milhões de euros.

- **Investimentos em Curso:**

Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 8,785 milhões de Euros e Alienações/Abates de cerca de 50 mil Euros registando-se, em consequência, face ao final de 2006, um crescimento de cerca de 8,735 milhões de Euros.

Os aumentos dizem respeito a investimentos realizados no exercício, no âmbito do “*Up Grade do queimador de fumos Epsilon*”, de “*Despesas de Montagem do Corte em Linha 3 Gammerler*”, “*Intervenção da Kodak numa Unidade de CTP*”, “*Rotativa Sunday 4000 de 64 pag*”, “*Despesas de Montagem da Rotativa nº 10*” e “*Alterações ao Sistema Informático*”.

A transferência referida respeita à passagem para Imobilizações Incorpóreas, associadas a despesas incorridas com o aumento de capital operado no exercício.

- **Imobilizações Corpóreas**

Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 1,4 milhões de Euros, Alienações/Abates de cerca de 3,6 milhões de Euros.

Entre as primeiras sobressai a reclassificação das Peças e sobressalentes da Manutenção, no valor de cerca de 1,2 milhões de Euros, que passarão a ser tratadas como Imobilizações, a aquisição de Viaturas de serviço no valor de cerca de 162 mil Euros, aquisição de Quickbak Kodak no valor de cerca de 27 mil Euros, aquisição de equipamento administrativo – fotocopiadoras, routers e outros – no valor de cerca de 3,4 mil Euros, aquisição de baterias p/ empilhadores Blitz no valor de 7,5 mil Euros.

Em matéria de Abates/ Alienações registaram-se em Equipamento Básico abates/alienações no valor de cerca de 3,4 milhões de euros, no Equipamento Administrativo cerca de 87 mil Euros, no Equipamento de Transporte cerca de 112 mil Euros e em Outras Imobilizações Corpóreas cerca de 2,4 mil Euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados, salvo a Dobradeira da Rotativa nº 8 retomada pelo Mbcp pelo valor contabilístico, no quadro da operação de leasing montada para a nova rotativa Sunday 4000.

As Regularizações respeitam a reclassificações contabilísticas de registos inicialmente alocados a Imobilizações em Curso, designadamente associados a uma viatura e um equipamento de controlo de registo de cor, no exercício transferidos para rubricas mais adequadas.

- **Imobilizações Incorpóreas**

Verificaram-se adições no exercício representativas de cerca de 282 mil Euros e transferências de cerca de 50 mil Euros, registos que determinaram um crescimento desta classe de cerca de 332 mil Euros.

Dos valores indicados sobressai um valor de 279 mil Euros associado às despesas incorridas com o aumento de capital ocorrido no exercício, enquanto que 53 mil Euros decorrem de Estudos e Projectos relativos ao licenciamento industrial e ambiental.

- Imobilizações Financeiras

Representam, em termos líquidos, uma queda de cerca de 2,3 milhões de Euros, decorrente da alienação dos Títulos de Participação no ex- Banco de Fomento Nacional, detidos em carteira durante vários anos, bem como da transferência da provisão para Investimentos Financeiros, com a extensão de 1,295 milhões de Euros constituída em exercícios anteriores e visando a Grafilis, anteriormente alocada a Provisões para Outros Riscos e Encargos e, no exercício, transferida para Investimentos Financeiros.

A evolução da conta está explicada no Capítulo 2.2.3 Investimentos Financeiros, remetendo-se para a Nota 10 do Anexo uma explicação mais detalhada da respectiva evolução.

FINANÇAS

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2.162,8 mil Euros; deste valor, 1.845,3 mil Euros representam amortização de capital e 317,5 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/07 representam um total de 10,8 milhões de Euros, subdivididos em 3,5 milhões de Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 7,3 milhões de Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Tais valores respeitam, exclusivamente a equipamentos operacionais.

Acrescem responsabilidades com locações operacionais, associadas a viaturas automóveis que, a um ano assumem a extensão de cerca de 142 mil Euros e, a mais de um ano, representam cerca de 128 mil euros, bem como as responsabilidades associadas às Instalações – contrato de locação celebrado em 20/07/04 com o ESAF com o prazo inicial de 15 anos e, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano – que representam cerca de 3.046 mil euros a um ano e 30.237 mil Euros até ao final do contrato sublinhando-se que as responsabilidades futuras, a relevar em Fornecimentos e Serviços Externos, poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto de contrato venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Durante o exercício não foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 6,3 milhões de Euros e 387 mil Euros de juros., ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representativas em termos de capital cerca de 1,6 milhões de Euros e, a título de juros cerca de 435 mil Euros.

Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas.

O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas.

Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.

Em 13 de Março de 2007 passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano, sendo que a admissão à negociação dos novos títulos foi concedida em 30 de Julho.

Em resultado de tal operação a Gestprint aumentou a sua participação na Lisgráfica de 73,11% para 82,06%.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2007 pode ser ilustrada no gráfico integrado no capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma subida entre o final do ano de 2006 e meados do ano de 2007 (0,097 em 29/12/06, contra 0,52 em 29/06/07) e uma derrapagem no 2º semestre para estabilizar em 0,1 no final do exercício (0,36 em 31/07/07 e 0,1 em 31/12/07).

A Lisgráfica não adquiriu no exercício quaisquer acções mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que já detinha no final do exercício anterior tendo alienado durante o exercício de 2007 as 110.713 acções do Millennium BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos da exploração, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2007/2008, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios, decorrendo negociações tendentes ao reescalonamento dos Programas de Papel Comercial, Contratos de Empréstimo e/ou Contas Correntes Caucionadas e Contratos de Locação Financeira.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando 3 milhões de Euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de Arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo já sido apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço que determinará a desafectação de lotes não necessários à operação industrial e, como consequência a sua afectação a outros fins com redução do valor da renda, ao mesmo tempo que se estuda com aquele Fundo a possibilidade de revisão do *yeld* em função da demora de aprovação do projecto numa óptica de compensação com a partilha de potenciais mais-valias resultantes da operação.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas, resultou um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

No quadro deste acordo foram satisfeitas pela Empresa, durante o exercício, prestações representativas de 1.331 mil Euros, repartidos por 1.157 mil Euros de capital e 174 mil Euros de juros de mora/compensatórios.

Em Setembro de 2007 foi celebrado com a Gestprint um acordo de sublocação de uma rotativa *Goss* de 64 páginas, adquirida pela Holding ao abrigo de um contrato de locação financeira com o Mbcp, no quadro das obrigações assumidas associadas à assinatura de um contrato a longo prazo com a Sojornal tendente à impressão do Expresso e Suplementos Comerciais. Tendo em consideração as características daquele contrato de sublocação, bem como a substância da operação, o valor daquele contrato/equipamento, bem como as respectivas responsabilidades assumidas foram reconhecidas no balanço da empresa em 31 de Dezembro de 2007.

Em 21 de Dezembro de 2007 foi divulgado um Comunicado ao mercado informando ter sido aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração um projecto de fusão por incorporação, mediante transferência global do património da Heska para a Lisgráfica.

A incorporação da Heska na Lisgráfica implicará um aumento de capital da Lisgráfica no montante de 4.334.831 euros mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 euros por acção, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da Heska.

O projecto divulgado nos termos acima referidos foi aprovado em Assembleias Gerais de Accionistas das duas Empresas em 15/02/08, sendo que a fusão projectada ficou condicionada à obtenção das autorizações das entidades de supervisão designadamente a obtenção de declaração pela CMVM de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição que vier a resultar da fusão para a accionista da sociedade incorporada, autorizações entretanto obtidas em 8 de Abril de 2008.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2007.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da produção e vendas da Lisgráfica.

O valor do investimento publicitário nos media aumentou cerca de 8,5% no decurso do ano de 2007, face ao desempenho registado em igual período do ano anterior, tendo o conjunto dos meios de comunicação arrecadado um investimento global de cerca de 4.387 milhões de Euros, o que representa mais 344 milhões de Euros do que o verificado em 2006.

A Televisão continuou a liderar a receita publicitária captando em 2007 um total de cerca de 3.085 milhões de Euros, valor que traduz um acréscimo de 245 milhões de Euros, equivalentes a 8,6% face a 2006, tendo reforçado a sua posição no ranking com 70,3% do total.

Na imprensa verificou-se a mesma tendência de crescimento, com o meio a registar até final do ano um encaixe de cerca de 814 milhões de Euros, isto é, mais 83 milhões equivalentes a 11,4% em relação ao ano de 2006, garantindo a 2ª posição do ranking com 18,6% do bolo total.

No Outdoor os 282 milhões de Euros registados em 2007 representaram um incremento de 10 milhões de Euros, equivalentes a 3,6% face a 2006, assegurando o 3º lugar do ranking com 6,4% da quota do mercado publicitário.

O meio rádio foi o único a apresentar queda, ainda que ligeira, cifrada em cerca de 0,8%, apresentando um investimento

de cerca de 183 milhões de Euros conseguindo, apesar disso, manter a 4ª posição relativa com 4,2% do bolo publicitário.

O cinema, embora apresente o maior salto percentual face a 2006, captou no ano passado um investimento de 22 milhões de Euros, denotando um crescimento de 51,7%, cabendo-lhe uma quota de mercado de apenas 0,5%.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços com o consequente esmagamento de margens, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos.

No que ao Mercado Editorial e procurando fazer uma fotografia do Sector podemos sintetizar que representa cerca de 700 milhões de Euros, cinco grandes grupos de media – um dos quais o Estado – um pequeno grupo de editoras de média dimensão e centenas de pequenas editoras e rádios locais que persiste diariamente e com um grau de profissionalismo variável e com enormes dificuldades a investir e a acreditar num mercado essencial em qualquer sociedade democrática. Neste quadro, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração, ilustradas pela compra da Media Capital pela Prisa ou a Lusomundo por Joaquim Oliveira, merecendo ainda realce a circunstância de ganhar importância acrescida a multiplicação de publicações gratuitas que polarizam uma fatia cada vez mais importante do investimento publicitário, sendo ainda prematuro augurar o futuro de tais iniciativas, bem como o impasse em torno do concurso para a Televisão Digital Terrestre.

Durante o primeiro semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente as revistas mensais “*Secretos de Cocina*” e “*Líneas e Puntos*” variantes de títulos idênticos em língua portuguesa mas traduzidos em espanhol e, portanto, dirigidos ao mercado do país vizinho, editados pela Euroimpala.

Para além destes títulos merece particular referência o início da impressão, nos termos de um protocolo mais tarde transformado em contrato, o “1º Caderno do Expresso”, bem como o “Caderno de Economia”, e ainda o “Courrier” e todos os novos “Suplementos Comerciais” que vierem a ser lançados pela Sojornal, operação que reforça as relações entre as duas Organizações em termos duradouros e indica uma parceria de sucesso.

Entretanto, e no âmbito da operação com a Sojornal, deixaram de ser impressos na Lisgráfica e passaram para outra unidade, os suplementos “Espaços e Casas” e “Emprego”.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Gente Jovem*”, “*Mega Score e Éxito*”, todas editadas pela RGB Editora, a “*Revista DEZ*”, suplemento semanal do Record, editada pela Edisport, a revista “*Xis*” suplemento semanal do Público e a revista “*24 Horas*” suplemento dos domingos do Diário de Notícias, editada pela Global Notícias, projecto que entretanto foi reformulado na segunda metade do ano.

No segundo semestre do exercício e como resultado da reformulação da revista “24 Horas” da Global Notícias foi iniciada a impressão dos suplementos “24 Em Casa+Supl Bites & Bytes”, “24 Horas Sábado+Sup. 24 Horinhas” e “24 Horas Domingo+Sup. O Melhor Coz. Port+Sup. Tv/Novelas”, títulos da Global Notícias, destinados a distribuir ao fim de semana com os jornais daquele editor.

Foi ainda iniciada a impressão de novos títulos, mensais, editados pela Impala, designadamente, “Dueruote”, uma revista dedicada ao mundo automóvel, “Xtreme”, e “Global” um magazine de actualidade, ao mesmo tempo que recuperámos a impressão da revista “Surf” editada pela Publisurf.

Como indicador do esforço de penetração no mercado espanhol, iniciou-se a impressão do Folheto Mestre Maco Espanha (Matebrico).

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “CaboVisão Magazine”, “Chiquititas” e “Certa””, todas editadas pela Edimpresa, a revista “Viva+”, publicação editada pela Global Notícias, a revista “Mulher Moderna Cozinha Brasil” publicação editada pela Impala e, em resultado da aquisição pelo Grupo Sonae das Lojas Carrefour, a impressão do “Folheto Carrefour Espanha”, produzido pela Altavia.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas, designadamente um esforço mais actuante no segmento de Folhetos/Catálogos dos Grandes Espaços e uma tentativa de penetração do mercado espanhol.

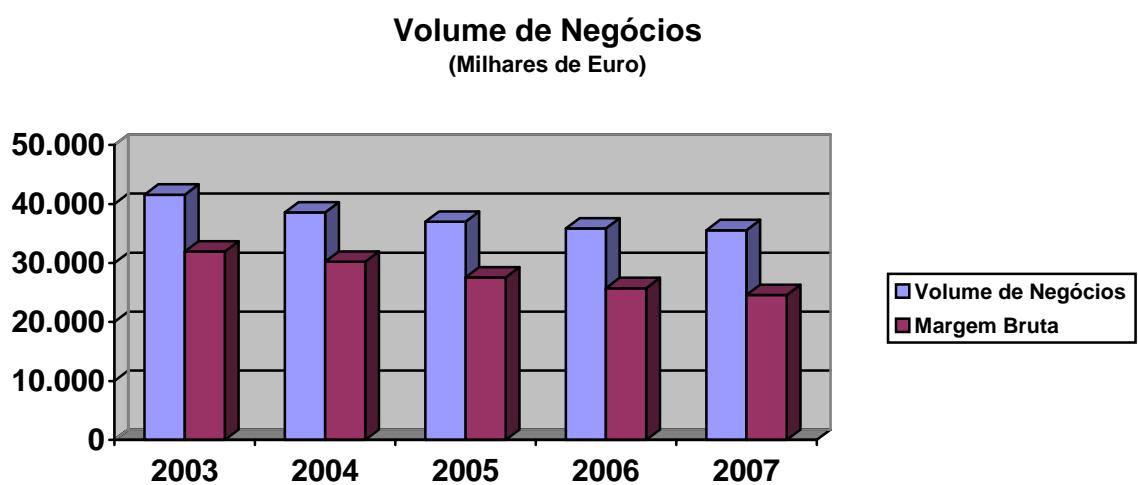
Em matéria de Listas Telefónicas, cumpriu-se o programa de impressão fixado pelo editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000 de 48 páginas, e passaremos a dispor a partir de Abril de 2008 de uma rotativa nova Sunday 4000 de 72/80 páginas estando a diligenciar junto do Editor a passagem para impressão a quatro cores de todos os cadernos com o consequente abandono da impressão até três cores e desmontagem da rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas.

Estuda-se, em conjunto com o editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

LISGRÁFICA (POC)		
	Dez/06	Dez/07
Activo Total	70.815.015	66.995.055
Passivo Total	70.086.223	68.310.099
Capital Próprio	728.792	(1.315.044)
Resultados Líquidos	(2.465.405)	(6.843.836)
Vendas Líquidas	33.923.613	34.111.763

LISGRÁFICA CONSOLIDADO (IFRS)		
	Dez/06	Dez/07
Activo Total	61.069.447	56.376.952
Passivo Total	60.425.740	57.960.434
Capital Próprio	643.707	(1.583.482)
Resultados Líquidos	(2.327.160)	(6.747.813)
Vendas Líquidas	33.924.324	34.111.763

A evolução ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte a queda sucessiva entre 2003 e 2007, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada ao longo destes anos.

Apesar da reiterada queda do investimento publicitário e da consequente retracção dos Editores, associada ao efeito do esmagamento de preços derivado de uma concorrência feroz das unidades gráficas os valores de 2007 traduzem um crescimento líquido de cerca de 188 mil Euros (0,6%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos.

Assim, na Família “Revistas Semanais” regista-se um desvio desfavorável de cerca de 990 mil Euros (9,3%), decorrente de tal Família ser a mais sensível à queda da publicidade/pressão do *pricing*, enquanto que no que respeita à Família das “Revistas Mensais” se regista um desvio favorável de cerca de 1,762 milhões de Euros (21,9%), fundamentalmente devido ao apporto trazido pela impressão neste exercício da revista *Certa* e respectivo Suplemento.

Em “Suplementos” verifica-se um desvio desfavorável de cerca de 907 mil Euros (13,6%), consequência da transferência de alguns títulos por parte da Sojornal – *Espaços e Casas e Emprego* – e suspensão por parte da Cofina da revista *Correio Vidas, Dez e Cartaz PT* e, por parte do Público, da revista *Xis*, factores que não foram compensados pelo crescimento sustentado dos novos suplementos comerciais do Expresso e da Global Notícias.

No tocante a “Boletins” e face ao histórico dos últimos anos, suspendeu-se a relação com a Santa Casa não se renovando o contrato de impressão de boletins, pelo que não se desenvolveu qualquer actividade no exercício de 2007, registando-se um desvio de cerca de 25 mil Euros em relação ao exercício de 2006 em que ainda foi produzido um lote de boletins destinados a Moçambique.

A variação registada na Família “Listas Telefónicas” foi negativa e da ordem de 513 mil Euro (11,3%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor e o início da mudança de formato de algumas Listas Regionais, reflectindo a mudança de política de distribuição de listas por parte do Editor.

Os “Catálogos/Folhetos” com um crescimento da ordem dos 768 mil Euros (12,7%), ilustram a opção tomada pela Empresa de, não acompanhando a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico, continuar atenta a este segmento, procurando fidelizar os Grupos mais importantes e aproveitar o desenvolvimento que, nos últimos anos, se tem registado neste nicho e, mais recentemente, alargar a actividade deste nicho ao mercado espanhol.

O Rappel concedido representou uma queda no esforço dispendido de cerca de 315 mil Euros (13,5%), traduzindo um esforço ainda assim significativo mas, por outro lado, procurando garantir a fidelização dos Grandes Clientes.

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, decréscimo de proveitos de cerca de 54 mil Euros e 453 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a redução de serviços prestados a Outras Empresas que operam no espaço geográfico da Lisgráfica no quadro dos Protocolos de Colaboração com a Gрафedisport e Outras Empresas e, no que à segunda respeita, a não repetição dos proveitos gerados no exercício anterior, relacionados com a regularização de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 24 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2007 face ao exercício anterior.

Do que antecede decorre que, a despeito do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio positivo global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 188 mil Euros, contrariado pela degradação verificada em *Proveitos Suplementares e Outros Proveitos Operacionais*, respectivamente com 54 mil Euros, 453 mil e ajudada com desvios favoráveis registados em *Variação da Produção e Reversão de Amortizações e Ajustamentos* com, respectivamente, 24 mil Euros e 100 Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 294 mil Euros.

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acrescentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	2003	2004	2005	2006	2007
Volume de Negócios	41.565	38.568	37.000	36.005	35.725
Matérias Consumidas					
Papel	2.992	2.941	3.163	4.016	4.381
Matérias subsidiárias	6.621	5.049	6.277	6.104	6.600
Valor Acrecentado	31.952	30.218	27.560	25.885	24.744
% Val Acrecent / Volume de Negócios	76,9%	78,4%	74,5%	71,9%	69,3%

Unidade: Milhares de Euros.

Concluímos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 1,734 milhões de Euros, equivalentes a 5,3% entre 2003 e 2004, 2,658 milhões de Euros, equivalentes a 8,8% entre 2004 e 2005, 1,830 milhões de Euros, equivalentes a 6,6% entre 2005 e 2006 e 1,155 milhões de Euros, equivalentes a 2,7% entre 2006 e 2007.

Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 75 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2007, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 70 milhões de Euros.

Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrecentado registou crescimento cifrado em 1,5% entre 2003 e 2004 (de 76,9% em 2003 para 78,4% em 2004), invertendo a trajectória em 2005 em que registou queda de 3,9 pontos (de 78,4% em 2004 para 74,5% em 2005), renovada em 2006 com nova queda de 2,7% (de 74,5% em 2005 para 71,8% em 2006) e em 2007 com uma queda mais ligeira de 2,7% (de 71,8% em 2006, para 69,1% em 2007).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação e à evolução do custo das matérias primas, bem como à respectiva rentabilidade de utilização, com particular enfoque no peso relativo da Família Folhetos/Catálogos no volume geral de negócios, uma vez que a quase totalidade do papel consumido neste nicho é fornecido pela Empresa.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração observou-se, apesar de todo o esforço, um agravamento dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2006, de cerca de 3,4 milhões de Euros.

Concorreram para tal desiderato, os CMVC que denotam um incremento de cerca de 861 mil Euros (8,5%), explicado pelo maior consumo de papel – 365 mil Euros- determinado pelo crescimento das vendas da Família Folhetos/Catálogos, acompanhada dos consumos de Tintas com agravamento de cerca de 422 mil Euros e, com menor expressão, de Chapas e das Outras matérias primas e subsidiárias, respectivamente com 25 mil Euros e 32 mil Euros.

Os FSE registaram um agravamento de 676 mil Euros (7,7%), reflectindo uma proporção de 27,5 % da facturação, contra 25,8% em 2006, registando-se um ligeiro agravamento de tal rácio.

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 646 mil Euros (5,76%), representando 31% das Vendas Líquidas, contra 33,1% em 2006.

Apesar das medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um agravamento de 87 mil Euros (3,37%), traduzindo por um lado o agravamento das taxas e, por outro, o registo da perda decorrente da alienação efectuada no exercício das acções do Mbcp que permaneciam em carteira.

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um incremento de 1.349 mil Euros resultante da amortização extraordinária praticada sobre equipamentos objecto de pouca utilização no valor de 1.606 mil Euros, minorado 196 mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício e do fim da vida fiscal de alguns bens.

Os Ajustamentos praticados no exercício, destinados a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 1.751 mil Euros rubrica que, no exercício de 2006 era de 2 mil Euros.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 4,5 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável, de cerca de 164 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Os Resultados Operacionais apurados foram de (4.211) milhões de Euros, inferiores aos do exercício anterior cerca de 3.722 milhões de Euros porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 280 mil Euros, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram um agravamento de cerca de 3.442 mil Euros.

A queda dos Proveitos Operacionais fez-se sentir particularmente em “Outros Proveitos Operacionais” e “Proveitos Suplementares” com variações negativas de, respectivamente, 548 mil Euros e 54 mil Euros, já que no tocante a “Vendas e Prestações de Serviços” se registou um incremento de cerca de 188 mil Euros como acima referimos, enquanto que no que toca a “Variação da Produção” e “Reversões de Amortizações e Ajustamentos” se verificaram variações positivas de 24 mil Euros e cerca de 797 Euros, respectivamente.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (2.443) mil Euros, contra (2.308) mil Euros em 2006, situando-se, portanto ao mesmo nível nos dois exercícios. Esta evolução deriva do agravamento dos Encargos Financeiros em 87 mil Euros, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como de um decréscimo cifrado em cerca de 48 mil Euros de Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes assumem, assim, a expressão de (6.654) mil Euros, contra (2.248) mil Euros em 2006, somatório dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, homólogos.

O Cash-flow atingiu 1.869 mil Euros, contra 3.192 mil Euros em 2006, registando uma queda de 1.323 mil de Euros, reflexo da redução registada no Resultado Líquido de cerca de 4.421 mil Euros, já amplamente justificado e de um incremento das rubricas Amortizações/Provisões/Ajustamentos de cerca de 3.099 mil Euros, conjugados com um agravamento de cerca de 15 mil Euros da tributação autónoma.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência do agravamento do resultado e do aumento do capital social, factores que conjugados determinaram a deterioração dos Capitais Próprios em cerca de 2,2 milhões de Euros, conjugada com a redução do Activo Líquido (4,692 milhões de Euros) atingiu a expressão de (2,8%), contra o índice de 1,03% verificado em 2006.

O EBITDA registou uma descida de cerca de 639 mil Euros (4,312 mEuros em 2007, contra 4,951 mEuros em 2006), em resultado da evolução negativa do resultado, conjugada com o incremento das Amortizações/Ajustamento.

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital próprio da Empresa é negativo em 1.315.044 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Em resultado da operação de fusão referida em capítulos anteriores deste Relatório Consolidado de Gestão, cujo registo ocorrerá no início do mês de Maio, haverá lugar a um aumento de capital de 4.334.831 Euros facto que, associado a outras medidas implícitas da fusão, criam a convicção ao Conselho de Administração de que a relação capitais próprios/capital social se normalizará sem ter que propôr aos Senhores Accionistas outras medidas alternativas.

3.1.2 "GRAFILIS - REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A."

A Grafilis tem por objecto a actividade de pré-impressão de importância primordial para o trabalho a executar pela Lisgráfica S.A. compreendendo as fases de composição, fotografia, selecção de cores e preparação de fotolitos para posterior impressão.

A Grafilis, com o capital social de 350 mil euros totalmente detido por Gestigráfica, foi criada com base no sector de pré-impressão que existia na casa mãe e atravessou, nos últimos anos, uma fase complexa de transição tecnológica e comercial.

Apresentamos dados comparativos dos exercícios de 2002 e 2001, últimos de que dispomos.

Em consonância com a tendência verificada ao longo dos últimos anos, as inovações tecnológicas no mercado das artes gráficas em geral e da pré-impressão em particular, tem levado a alterações significativas nas condições deste mercado. Os resultados mais visíveis destas alterações traduzem-se na eliminação de algumas etapas no processo produtivo, na simplificação de tarefas e num maior acesso dos editores e dos clientes finais, a novas tecnologias até aqui disponíveis apenas às empresas de pré-impressão.

Em consequência do acima exposto, mas também da redução da procura fruto do arrefecimento geral da economia, verificou-se um claro sobredimensionamento da generalidade das empresas gráficas face às necessidades de trabalho dos clientes tradicionais. Estes acontecimentos, aliados à necessidade de garantir um volume mínimo de trabalho, agravou o efeito de uma concorrência crescente que se traduziu numa forte descida na tabela de preços praticada.

A Grafilis registou no período um decréscimo de vendas de quase 24% para se situar pouco acima de 1.540 mil Euros contra os cerca de 2.025 mil Euros do ano anterior, sendo que tal descida se deveu sobretudo à queda dos preços unitários, porquanto o número de empregados necessários à prestação de serviços continuou no mesmo patamar verificado em 2001, cerca de 40 pessoas.

De então para cá, as circunstâncias assinaladas acima que condicionam o mercado da pré-impressão agudizaram-se, a concorrência aumentou, os Grandes Editores apetrecharam-se com equipamentos próprios, e a actividade da Grafilis foi-se reduzindo, restringindo-se quase às necessidades da casa-mãe.

A persistência de tal situação determinou que fosse encarada a redução gradual de efectivos com a consequente atribuição de indemnizações e, em 2005, a absorção dos efectivos remanescentes pela Lisgráfica, momento em que a actividade da Grafilis se anulou.

GRAFILIS		
	Dez/01	Dez/02
Activo Total	3.054.759	3.003.259
Passivo Total	1.463.102	1.708.670
Capital Próprio	1.591.657	1.294.589
Resultados Líquidos	52.866	(297.069)
Vendas Líquidas	2.025.491	1.542.447

3.1.3 "GESTIGRÁFICA – SOC GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A."

Empresa Holding que detinha a Heska, entrou no Universo do “Grupo” em meados do exercício de 1999, através da aquisição de 95% do respectivo capital social, operação levada a cabo por razões estratégicas.

Após a mudança de instalações, efectuada durante o exercício de 1998, da Venda Nova para Campo Raso, o exercício de 1999 representou o primeiro ano de cruzeiro da Heska no seu novo habitat.

Especialmente vocacionada para o mercado de folhetos e catálogos publicitários de médias e grandes tiragens, a Heska dedicava-se ainda à impressão e acabamento de revistas de pequena e média tiragens operando, assim, num nicho de mercado complementar da Lisgráfica.

Tratando-se de uma Sociedade Gestora de Participações Sociais, a Lisgráfica reorganizou o organograma das suas subsidiárias, transferindo para a Gestigráfica, as participações que detinha na Grafilis (100%) , Grafimadeira (100%), e Naveprinter (9,02%), que juntou à participação na Heska (95%) que resultou da aquisição da empresa-mãe.

Durante o exercício de 2003 teve lugar um aumento de capital de 2,5 mil Euros na Gestigráfica, tomado pela Heska, envolvendo um prémio de emissão de 10,3 milhões de Euros que conduziu a uma melhoria significativa dos Capitais Próprios da Empresa.

No quadro das decisões tomadas em 2002 de alienação de participações financeiras não estratégicas, ocorreram em 2002 e 2003, respectivamente, a alienação da participação na Grafimadeira aos accionistas locais da participação da Lisgráfica e da Heska da participação detida pela Gestigráfica à Rasográfica, uma vez que as motivações que haviam determinado a sua aquisição estavam ultrapassadas.

Nestas circunstâncias, durante os exercícios de 2004 e 2005 as participações financeiras detidas pela Gestigráfica restringem-se à Grafilis (100%), como já sublinhámos praticamente sem actividade, e à Naveprinter (9,03%), com acordo de venda e preço pré-fixado ao accionista maioritário, que se concretizou no final do exercício de 2006.

No exercício de 2006 ocorreu a alienação da participação de 9,03% detida na Naveprinter, com acordo de venda e preço pré-fixado, operação que originou o resultado abaixo ilustrado.

GESTIGRÁFICA		
	Dez/06	Dez/07
Activo Total	13.430.831	13.438.744
Passivo Total	55.547	64.972
Capital Próprio	13.375.284	13.373.772
Resultados Líquidos	(2.206.160)	(1.512)
Vendas Líquidas	-	-

4. NOTAS SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

4.1. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

- a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o seu no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas, são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas associadas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros em empresas associadas controladas conjuntamente (aqueles onde o Grupo exerce uma influência) são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

O Grupo suspende a aplicação do método de equivalência patrimonial quando o investimento na associada for reduzido a zero e apenas é reconhecido um passivo se existirem obrigações legais ou construtivas perante associadas ou os seus credores ou se tiverem sido efectuados pagamentos a favor da associada. Se posteriormente a associada apresentar lucros o método de equivalência patrimonial é retomado após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas anualmente e, quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, são registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão até ao limite da imparidade registada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

4.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005.

Os princípios de consolidação estão em linha com os IFRS e encontram-se detalhados pormenorizadamente na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

4.3. APLICAÇÃO DAS IFRS

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro pela primeira vez em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras em resultado da conversão para IFRS são como segue:

Ajustamentos:

- **Reexpressão das demonstrações financeiras de 2005:**

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa reexpressou a informação financeira comparativa apresentada em resultado das correcções de grande significado de 6.547.849 Euros efectuadas no exercício findo naquela data.

Reclassificações:

- Diversas naturezas de itens, anteriormente registadas em custos diferidos e acréscimos de custos são reclassificadas para outras rubricas de activos e passivos;
- Reclassificação dos custos e proveitos financeiros e extraordinários para outras rubricas da demonstração dos resultados;

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Em anexo juntam-se o Balanço, a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2007, bem como o Anexo a tais Demonstrações Financeiras.

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Da respectiva análise, bem como dos comentários que acima deixamos, poderão Vossas Excelências aquilatar da situação e evolução das Empresas do " Grupo Lisgráfica" no exercício em apreciação que, conforme sublinhámos profusamente, operaram em situação de conjuntura desfavorável.

O Resultado Líquido Consolidado Antes de Impostos foi negativo e atingiu a expressão de 6.654.142 euros no exercício em apreciação, contra um Líquido Consolidado Antes de Impostos negativo de 2.248.021 euros no ano anterior; o efeito tributário nas várias empresas, fez agravar aquele resultado consolidado para 6.747.813 euros, contra um resultado ainda negativo alcançado em 2006 de 2.327.160 euros.

Os Resultados Operacionais negativos atingiram 4.211.300 euros, em 2007, contra 489.116 euros negativos em 2006, enquanto que os Resultados Financeiros negativos se situaram em 2.442.842 euros, contra 1.758.905 euros negativos em 2006, e os Meios Libertos, após função financeira e antes da tributação fixaram-se em 1.963.678 euros, contra 3.271.165 euros em 2006.

Dos elementos já conhecidos dos dois primeiros meses do ano de 2008, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos com um desvio de cerca de 3% do nível estimado no Programa Económico-Financeiro, enquanto que, em matéria de Custos, nos situamos cerca de 7% acima, concorrendo tais desvios, conjugadamente, para que o Resultado do período traduza uma queda, face ao Programa Económico de cerca de 533 mil Euros desempenhos que, apesar de tudo e analisadas as respectivas causas, nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2008.

Em Setembro foi celebrado com a Gestprint um acordo de sublocação de uma rotativa *Goss* de 64 páginas, adquirida pela Holding ao abrigo de um contrato de locação financeira com o *Mbcp*, no quadro das obrigações assumidas associadas à assinatura pela Lisgráfica de um contrato a longo prazo com a *Sojornal* tendente à impressão do *Expresso* e Suplementos Comerciais.

A instalação de tal rotativa no parque da Lisgráfica teve o seu início no princípio do exercício de 2008 e estima-se que a máquina esteja em testes durante a 1º quinzena de Abril e, em condições de operar com performances exigentes no final do mês de Abril antecipando, portanto, o calendário previsto no contrato com a *Sojornal*.

Em 21 de Dezembro foi divulgado um Comunicado ao mercado informando ter sido aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração um projecto de fusão por incorporação, mediante transferência global do património da *Heska* para a Lisgráfica.

A incorporação da *Heska* na Lisgráfica implicará um aumento de capital da Lisgráfica no montante de 4.334.831 euros mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 euros por acção, considerando a relação de troca de 256,12 novas acções da Lisgráfica por cada acção representativa do capital social da *Heska*.

O projecto divulgado nos termos acima referidos foi aprovado em Assembleias Gerais de Accionistas das duas Empresas em 15/02/08, sendo que a fusão projectada ficou condicionada à obtenção das autorizações das entidades de supervisão designadamente a obtenção de declaração pela CMVM de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição que vier a resultar da fusão para a accionista da sociedade incorporada, autorizações entretanto obtidas em 8 de Abril de 2008.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de Arquitectura seleccionado pelo *ESAF* tendo já sido apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço que determinará a desafectação de lotes não necessários à operação industrial e, como consequência a sua afectação a outros fins com redução do valor da renda, ao mesmo tempo que se estuda com aquele Fundo a possibilidade de revisão do *yeld* em função da demora de aprovação do projecto numa óptica de compensação com a partilha de potenciais mais-valias resultantes da operação.

6. NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias tendo vendido, no exercício de 2007, os títulos representativos de 110.713 acções do Millennium Bcp que manteve em carteira durante vários exercícios.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos immobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

Tendo ocorrido em Setembro de 2007 o óbito do Senhor Dr. Carlos Freire, sócio e gerente da Deloitte & Associados, cumpre-nos manifestar um voto de sentido pesar à Empresa e Família e testemunhar quanto nos penaliza o desaparecimento de um profissional competente e zeloso, para além de um Amigo que ao longo de muitos anos sempre nos dispensou palavras de incentivo, conselhos avisados e uma amizade e generosidade que não esquecemos.

Queluz de Baixo, 21 de Abril de 2008

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio- Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2007	2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos tangíveis	11	35.903.882	34.254.172
Outros activos não correntes	12	3.364.533	952.429
		<u>39.268.415</u>	<u>35.206.601</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	13	1.304.728	2.424.090
Clientes e contas a receber	14	10.735.137	8.239.184
Outros activos correntes	15	4.640.532	11.519.101
Caixa e seus equivalentes	16	159.833	3.680.471
Impostos diferidos	10	268.307	-
		<u>17.108.537</u>	<u>25.862.846</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>56.376.952</u>	<u>61.069.447</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	17	4.720.624	200.000
Acções próprias	17	(474.121)	(474.121)
Diferenças de consolidação	17	67.223	67.223
Reservas	17	1.071.783	1.156.414
Resultados transitados	17	(221.178)	2.021.351
Resultado líquido consolidado do exercício	17	(6.747.813)	(2.327.160)
Total do capital próprio		<u>(1.583.482)</u>	<u>643.707</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	18	9.305.179	13.635.790
Fornecedores e contas a pagar	21	7.301.836	6.258.779
Provisões	19	169.069	2.230.851
Outros passivos não correntes	20	5.282.475	6.653.650
Impostos diferidos	10	268.307	-
		<u>22.326.866</u>	<u>28.779.070</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	18	14.687.331	6.018.447
Fornecedores e contas a pagar	21	16.642.696	20.512.340
Outros passivos correntes	22	4.303.541	5.115.883
		<u>35.633.568</u>	<u>31.646.670</u>
Total do passivo		<u>57.960.434</u>	<u>60.425.740</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>56.376.952</u>	<u>61.069.447</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2007	2006
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	5	34.111.763	33.924.324
Outros proveitos operacionais	6	1.612.779	2.080.385
Total de proveitos operacionais		<u>35.724.542</u>	<u>36.004.709</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	7	(10.981.072)	(10.120.533)
Fornecimentos e serviços externos		(9.440.078)	(8.763.738)
Custos com pessoal	8	(10.593.444)	(11.239.201)
Amortizações	11	(6.866.272)	(5.517.278)
Provisões e perdas por imparidade	19	(1.751.548)	(1.908)
Outros custos operacionais		<u>(303.428)</u>	<u>(851.167)</u>
Total de custos operacionais		<u>(39.935.842)</u>	<u>(36.493.825)</u>
Resultados operacionais		<u>(4.211.300)</u>	<u>(489.116)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	9	(2.442.842)	(2.308.321)
Ganhos e perdas em empresas associadas		<u>-</u>	<u>549.416</u>
Resultados antes de impostos		<u>(2.442.842)</u>	<u>(1.758.905)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(93.671)	(79.139)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(6.747.813)</u>	<u>(2.327.160)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(6.747.813)</u>	<u>(2.327.160)</u>
Resultado por acção			
Básico	26	(0,067)	(0,582)
Diluído	26	(0,067)	(0,582)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa						Total do capital próprio
	Capital	Acções próprias	Diferenças de consolidação	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	20.000.000	(474.121)	67.223	1.256.664	(11.954.041)	(5.954.773)	2.940.952
Transferências	(19.800.000)	-	-	(100.250)	19.900.250	-	-
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005	-	-	-	-	(5.954.773)	5.954.773	-
Outras regularizações	-	-	-	-	29.915	-	29.915
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-	(2.327.160)	(2.327.160)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>200.000</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.156.414</u>	<u>2.021.351</u>	<u>(2.327.160)</u>	<u>643.707</u>
Transferências	-	-	-	(84.631)	84.631	-	-
Aumentos de capital	4.800.000	-	-	-	-	-	4.800.000
Despesas do aumento de capital	(279.376)	-	-	-	-	-	(279.376)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	(2.327.160)	2.327.160	-
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	#REF!	#REF!
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>4.720.624</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.071.783</u>	<u>(221.178)</u>	<u>#REF!</u>	<u>#REF!</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 21 de Abril de 2008 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, a qual, nos termos da legislação em vigor, poderá ainda proceder a alterações às mesmas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4) e foram preparadas no cumprimento expresso e sem reservas das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS"), emitidos pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC", emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia.

2.2 Adopção de IAS/IFRS novos ou revistos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi adoptado o IFRS - 7 Instrumentos financeiros – Divulgações ("IFRS 7") o qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007. O impacto da adopção do IFRS 7 resulta nas divulgações adicionais efectuadas relativas a instrumentos financeiros (Nota 30).

À data da aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas e interpretações, ainda não adoptadas pela Empresa:

- IAS 1 (revisto) – Apresentação de demonstrações financeiras (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IAS 23 (revisto) – Custos de financiamento (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IAS 27 (revisto) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)
- IAS 28 (revisto) – Investimentos em associadas (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)
- IAS 31 (revisto) – Interesses em empreendimentos conjuntos (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)

- IAS 32 (revisto) – Instrumentos financeiros: apresentação (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 2 (revisto) – Pagamento com base em acções (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresariais (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009)
- IFRS 8 – Relato por segmentos (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009)
- IFRIC 12 – Contratos de concessão (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008)
- IFRIC 13 – Programas de fidelização (exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2008)
- IFRIC 14 – Benefícios definidos (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008)

Daquelas normas, é entendimento do Conselho de Administração que o IAS 31 (revisto), o IFRS 2 (revisto), o IFRS 8, o IFRIC 12, o IFRIC 13 e o IFRIC 14 não são aplicáveis à Empresa. No que se refere às restantes normas, o Grupo encontra-se ainda a avaliar o seu impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da participada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas, são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, bem como a estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local e os custos financeiros incorridos antes de estarem concluídos ou disponíveis para utilização.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos de IFRS.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações de valor significativo incorridas com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual (quando relevante), de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 – 20
Equipamento de transporte	8 – 14
Ferramentas e utensílios	8 – 10
Equipamento administrativo	6 – 16
Outras imobilizações corpóreas	16

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados durante o período do contrato de locação.

2.8 Instrumentos financeiros

2.8.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido, sendo o montante da perda correspondente à diferença entre a quantia registada e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, a qual é reconhecida na demonstração dos resultados do período.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes comprehende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Empréstimos”.

2.8.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.8.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e de custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respectivamente, são

evidenciados no passivo (Nota 18). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registados como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.9 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados da Empresa.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado (Nota 25), a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixa de ser provável a sua utilização futura.

2.11 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas, boletins e outros) são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os descontos de pronto pagamento apenas são concedidos em determinadas circunstâncias que se poderão verificar ou não, não existindo à data do reconhecimento inicial das contas a receber qualquer obrigação construtiva ou legal de conceder aqueles descontos, os quais são registados quando a obrigação da sua concessão ocorre, como custo financeiro.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

2.12 Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade anual e/ou sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade, se alguma. Nas situações em que o activo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Quando o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidades”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.13 Classificação de balanço

São classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes, os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da empresa, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano.

2.14 Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o FIFO (“primeiras entradas, primeiras saídas”) como método de custeio. O valor realizável líquido é estimado com base na experiência histórica da Empresa, considerando os seguintes critérios:

- Antiguidade e rotação dos stocks;
- Possibilidades de utilização;
- Acordos com terceiros para o seu escoamento ou para a sua devolução;

A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como um custo na demonstração dos resultados.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.15 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço, publicadas pelas instituições financeiras. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2007 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2006, segundo as disposições dos IFRS, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, incluem:

- Vidas úteis do activo tangível;
- Registo de ajustamentos e provisões.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registadas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto na IAS 8.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		2007	2006
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
GESTIGRÁFICA- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	Barcarena	100	100
GRÁFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A.	Barcarena	100	100

(a) No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que não foram reconhecidos interesses minoritários relativos a esta empresa participada. O Conselho de Administração considera que aquele acordo é irrevogável (Nota 29).

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.3 a).

5. VENDAS POR NATUREZA

As vendas consolidadas, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são como segue:

	2007	2006
Revistas semanais	8.264.171	8.359.246
Revistas mensais	7.873.322	7.664.243
Folhetos	6.886.017	6.288.090
Suplementos	5.383.031	6.686.122
Listas	4.036.294	4.549.238
Desperdícios	970.497	352.706
Jornais	677.096	-
Boletins	21.335	24.679
	<u>34.111.763</u>	<u>33.924.324</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as vendas realizaram-se essencialmente no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Aluguer de instalações	793.981	685.465
Serviços de manutenção	299.279	299.279
Outros proveitos operacionais	519.519	1.095.641
	<u>1.612.779</u>	<u>2.080.385</u>

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2007	2006
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.966.362	10.120.533
Mercadorias vendidas	14.710	-
	<u>10.981.072</u>	<u>10.120.533</u>

8. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os custos com pessoal foram como segue:

	2007	2006
Salários e outras remunerações	8.450.667	8.557.357
Encargos sobre remunerações	2.069.410	2.107.161
Outros	73.367	574.683
	<u>10.593.444</u>	<u>11.239.201</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 360 e 364 empregados, respectivamente.

9. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	2007	2006
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	2.271.090	2.162.489
Descontos de pronto pagamento concedidos	95.593	89.040
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.016	473
Outros custos financeiros (a)	295.417	329.443
	<u>2.668.116</u>	<u>2.581.445</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	44.159	34.608
Diferenças de câmbio favoráveis	2.433	599
Rendimentos em participações financeiras	5.314	8.193
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.504	1.308
Reversões de perdas por imparidade de aplicações de tesouraria (Nota 19)	-	52.036
Outros proveitos financeiros (b)	170.864	176.380
	<u>225.274</u>	<u>273.124</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>2.442.842</u>	<u>2.308.321</u>

(a) Esta rubrica inclui essencialmente custos suportados com garantias bancárias e comissões de gestão bancárias.

(b) Esta rubrica inclui 121.784 Euros correspondente ao ganho apurado na alienação de 110.713 acções do Millennium BCP (Nota 19).

10. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2004 a 2007, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

No exercício de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e Imposto Municipal sobre Transmissões referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.139.000 Euros, tendo sido entregues garantias bancárias de 1.207.971 Euros (Nota 25). É convicção do Conselho de Administração de que as mesmas não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2007, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 14.176.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

2008	6.187.000
2011	939.000
2012	4.440.000
2013	<u>2.610.000</u>
	<u>14.176.000</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2007 os passivos por impostos diferidos de 268.307 Euros, estão essencialmente relacionadas com a reavaliação de imobilizações, tendo a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos até à concorrência daquele montante, uma vez que a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas diferenças temporárias. Neste sentido, foram reconhecidos, no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, activos e passivos por impostos diferidos como segue:

- a) Diferenças temporárias – Movimentos nos impostos diferidos activos e passivos

	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
	Prejuízos fiscais reportáveis	Reavaliação de activos tangíveis
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-
Aumento	268.307	268.307
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	268.307	268.307

b) Reconciliação da taxa de imposto

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o imposto sobre o rendimento é como segue

	2007	2006
Resultado antes de impostos	(6.654.142)	(2.248.021)
Taxa nominal de imposto	25,0%	27,5%
	(1.663.536)	(618.206)
Redução de activos	652.561	1.370.946
Diferenças permanentes (i)	1.010.975	1.047.920
Ajustamentos à colecta (ii)	93.671	79.139
Variações patrimoniais	-	(1.800.660)
Imposto sobre o rendimento (Nota 23)	93.671	79.139

(i) Em 31 de Dezembro de 2007, este montante tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Amortizações não aceites fiscalmente	1.767.079	158.797
Multas, coimas, juros compensatórios pela prática infracções	264.038	182.834
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	107.831	107.985
Provisões não dedutíveis	-	2.000.000
Ajustamentos não dedutíveis	1.431.319	1.252.860
Outras rubricas, líquidas	473.632	108.141
Taxa nominal de imposto	4.043.899	3.810.617
	25,0%	27,5%
	1.010.975	1.047.920

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas.

11. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foram como segue:

31 de Dezembro de 2007:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Activo Bruto									
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	508.261	102.079.147	1.319.839	60.282	1.311.811	789.174	134.797	41.000	106.244.311
Aquisições	-	1.215.180	169.839	420	3.353	-	8.784.704	-	10.173.496
Alienações e abates	-	(3.367.825)	(111.971)	-	(87.296)	(2.394)	(50.000)	(41.000)	(3.660.486)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>508.261</u>	<u>99.926.502</u>	<u>1.377.707</u>	<u>60.702</u>	<u>1.227.868</u>	<u>786.780</u>	<u>8.869.501</u>	<u>-</u>	<u>112.757.321</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(322.370)	(69.407.633)	(895.224)	(52.276)	(1.018.439)	(294.197)	-	-	(71.990.139)
Reforço do exercício	-	(6.606.551)	(190.710)	(5.797)	(46.690)	(16.524)	-	-	(6.866.272)
Reduções por alienações e abates	-	1.877.114	36.168	-	87.296	2.394	-	-	2.002.972
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>(322.370)</u>	<u>(74.137.070)</u>	<u>(1.049.766)</u>	<u>(58.073)</u>	<u>(977.833)</u>	<u>(308.327)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(76.853.439)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2007	<u>185.891</u>	<u>25.789.432</u>	<u>327.941</u>	<u>2.629</u>	<u>250.035</u>	<u>478.453</u>	<u>8.869.501</u>	<u>-</u>	<u>35.903.882</u>

31 de Dezembro de 2006:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Activo Bruto									
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	508.261	102.771.263	1.186.863	60.282	1.304.296	789.122	426.611	30.000	107.076.698
Aquisições	-	451.980	132.976	-	7.515	52	80.000	11.000	683.523
Alienações e abates	-	(1.503.931)	-	-	-	-	-	-	(1.503.931)
Transferências	-	359.835	-	-	-	-	(359.835)	-	-
Outras regularizações	-	-	-	-	-	-	(11.979)	-	(11.979)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>508.261</u>	<u>102.079.147</u>	<u>1.319.839</u>	<u>60.282</u>	<u>1.311.811</u>	<u>789.174</u>	<u>134.797</u>	<u>41.000</u>	<u>106.244.311</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(322.370)	(65.633.257)	(697.398)	(46.334)	(955.918)	(269.772)	-	-	(67.925.049)
Reforço do exercício	-	(5.226.564)	(197.826)	(5.942)	(62.521)	(24.425)	-	-	(5.517.278)
Reduções por alienações e abates	-	1.452.188	-	-	-	-	-	-	1.452.188
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>(322.370)</u>	<u>(69.407.633)</u>	<u>(895.224)</u>	<u>(52.276)</u>	<u>(1.018.439)</u>	<u>(294.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(76.853.439)</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006	<u>185.891</u>	<u>32.671.514</u>	<u>424.615</u>	<u>8.006</u>	<u>293.372</u>	<u>494.977</u>	<u>134.797</u>	<u>41.000</u>	<u>34.254.172</u>

O aumento da rubrica “Imobilizações em curso” corresponde essencialmente à aquisição de máquinas de impressão, cuja instalação encontra-se em curso em 31 de Dezembro de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2007, o equipamento básico incluía custos de empréstimos obtidos de 1.586.606 Euros, incorridos em exercícios anteriores, por serem directamente atribuíveis à aquisição de activos tangíveis, essencialmente equipamentos básicos, os quais estão a ser amortizados no período de vida útil dos respectivos activos.

Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2007		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	60.686.171	(45.177.377)	15.508.794
Imobilizações em curso	8.679.434	-	8.679.434
Equipamento de transporte	1.029.539	(780.742)	248.797
Equipamento administrativo	79.745	(73.164)	6.581
Ferramentas e utensílios	36.617	(35.854)	763
	<u>70.511.506</u>	<u>(46.067.137)</u>	<u>24.444.369</u>

	2006		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	63.612.278	(44.382.417)	19.229.861
Equipamento de transporte	878.041	(608.509)	269.532
Equipamento administrativo	79.745	(66.241)	13.504
Ferramentas e utensílios	36.617	(31.277)	5.340
	<u>64.606.681</u>	<u>(45.088.444)</u>	<u>19.518.237</u>

Conforme indicado na Nota 2.6, o Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

Para além dos bens em regime de locação financeira e os referidos na Nota 25, não existem restrições à titularidade de activos tangíveis.

12. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007			2006		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestprint") (Nota 24) (a)	3.178.931	-	3.178.931	-	-	-
Depósitos a prazo (b)	185.602	-	185.602	937.465	-	937.465
Títulos e outras aplicações financeiras	99.760	(99.760)	-	114.724	(99.760)	14.964
Gilda Press, S.A.	-	-	-	9.497.970	(9.497.970)	-
	<u>3.464.293</u>	<u>(99.760)</u>	<u>3.364.533</u>	<u>10.550.159</u>	<u>(9.597.730)</u>	<u>952.429</u>

- (a) Em 31 de Dezembro de 2007, a Lisgráfica possui uma conta a receber de médio e longo prazo da Gestprint, no valor de 3.178.931 Euros, que não vence juros nem têm um plano de reembolso definido.
- (b) Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 18).

13. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007			2006		
	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.097.526	(4.630)	1.092.896	2.295.995	(4.630)	2.291.365
Produtos e trabalhos em curso	211.832	-	211.832	132.725	-	132.725
	<u>1.309.358</u>	<u>(4.630)</u>	<u>1.304.728</u>	<u>2.428.720</u>	<u>(4.630)</u>	<u>2.424.090</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo não possui inventários dados como garantia pelo cumprimento de passivos.

14. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007			2006		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Clientes	<u>22.967.468</u>	<u>(12.232.331)</u>	<u>10.735.137</u>	<u>19.762.856</u>	<u>(11.523.672)</u>	<u>8.239.184</u>

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007			2006		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Devedores diversos	5.060.406	(1.190.922)	3.869.484	8.612.289	(148.730)	8.463.559
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 24)	-	-	-	2.209.164	-	2.209.164
Acréscimos e diferimentos	501.539	-	501.539	622.827	-	622.827
Estado e outros Entes Públicos (Nota 23)	234.076	-	234.076	203.245	-	203.245
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	35.433	-	35.433	20.306	-	20.306
	<u>5.831.454</u>	<u>(1.190.922)</u>	<u>4.640.532</u>	<u>11.667.831</u>	<u>(148.730)</u>	<u>11.519.101</u>

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Numerário	15.690	2.239
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	29.256	3.368.235
Aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis (a)	-	629.972
Depósitos a prazo	114.887	-
	<u>159.833</u>	<u>4.000.446</u>
Perdas de valor	-	(319.975)
	<u>159.833</u>	<u>3.680.471</u>
Descobertos bancários (Nota 18)	(3.980.428)	(1.271.975)
	<u>(3.820.595)</u>	<u>2.408.496</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica encontrava-se deduzida da perda de imparidade de 319.975 Euros (Nota 19).

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

17. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 100.000.000 acções com o valor nominal de cinco céntimos de Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	Nº de acções	Percentagem
Gesprint	82.058.262	82,06%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.738	17,94%
	<u>100.000.000</u>	<u>100,00%</u>

Em resultado da operação de aumento de capital social da Empresa, realizado no primeiro semestre de 2007, no montante de 4.800.000 Euros, a Gestprint reforçou a sua participação, passando a deter 82.058.262 acções ordinárias, escriturais e ao portador, representativas de 82,06% do capital social.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Maio de 2007, o prejuízo findo em 31 de Dezembro de 2006 apurado nas contas individuais preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que ascendia a 2.465.405 Euros foi aplicado, na sua totalidade, em resultados transitados.

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital próprio da Empresa é negativo em 1.583.482 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme mencionado no Relatório de Gestão de 2007, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, encontrando-se outras em curso. Adicionalmente, e conforme referido na Nota 31, no primeiro quadrimestre de 2008 ocorrerá a fusão por incorporação na Empresa da totalidade do património da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska"), de que resultará um aumento do capital de 4.334.831 Euros.

18. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007		2006	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	2.112.892	3.016.443	3.122.265	5.508.435
Outros empréstimos (b)	1.609.883	6.288.736	1.624.207	8.127.355
Descobertos bancários (c)	3.980.428	-	1.271.975	-
Factoring (d)	4.877.439	-	-	-
Letras descontadas (e)	2.106.689	-	-	-
	<u>14.687.331</u>	<u>9.305.179</u>	<u>6.018.447</u>	<u>13.635.790</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	2007		2006	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Português de Investimento, S.A. (i)	633.812	496.550	602.963	1.130.362
Banco Comercial Português, S.A. (ii)	308.889	2.471.111	1.167.363	3.924.734
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (iii)	1.094.855	-	1.094.855	-
Outros (iv)	<u>75.336</u>	<u>48.782</u>	<u>257.084</u>	<u>453.339</u>
	<u>2.112.892</u>	<u>3.016.443</u>	<u>3.122.265</u>	<u>5.508.435</u>

- (i) Empréstimo concedido à Lisgráfica que vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%, destinado a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos e a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.
- (ii) Empréstimo de tesouraria que vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1%.

(iii) Empréstimo que corresponde a duas linhas de conta-corrente caucionada com o BES sem plano de amortização contratado no valor de 1.094.855 Euros com as seguintes particularidades:

- Linha de 596.257 Euros – taxa de referência: Euribor a 30 dias acrescida de 4,25%
- Linha de 498.598 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias acrescida de 4,75%

(iv) Empréstimos obtidos de instituições financeiras nacionais que vencem juros a taxas normais de mercado, tendo sido classificados consoante o seu prazo de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2007, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2008	2.112.892
2009	1.163.109
2010	617.778
2011	617.778
2012	617.778
	<u>5.129.335</u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	2007		2006	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Papel comercial (i)	1.322.500	5.235.000	1.336.824	6.786.236
IAPMEI (ii)	<u>287.383</u>	<u>1.053.736</u>	<u>287.383</u>	<u>1.341.119</u>
	<u>1.609.883</u>	<u>6.288.736</u>	<u>1.624.207</u>	<u>8.127.355</u>

(i) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2008	1.322.500
2009	1.175.000
2010	2.330.000
2011	520.000
2012	560.000
2013	650.000
	<u>6.557.500</u>

(ii) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BANIF no valor de 742.405 Euros (Nota 25). A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 185.602 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 12). Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2007, o valor em dívida ascendia a 1.341.119 Euros.

(c) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado (Nota 16).

- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos em regime de *factoring* com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a letras descontadas e não vencidas, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Provisões:

O movimento na conta de provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é conforme segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.636.845
Utilizações	(405.994)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>2.230.851</u>
Utilizações	(2.061.782)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>169.069</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as “Provisões” dizem essencialmente respeito a responsabilidades decorrentes de contratos de rescisão de contratos de trabalho.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a redução verificada no movimento das provisões corresponde à utilização directa do seu saldo para fazer face a responsabilidades relacionadas com a actividade operacional do Grupo.

Perdas por imparidade acumuladas:

O movimento nas contas de perdas por imparidade e de valor nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é conforme segue:

	Outros activos não correntes (Nota 12)	Existências (Nota 13)	Clientes e contas a receber (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 15)	Aplicações Tesouraria (Notas 9 e 16)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	9.026.916	4.630	12.092.906	147.822	372.011	21.644.285
Aumentos	-	-	-	1.908	12.178	14.086
Reduções	-	-	-	-	(64.214)	(64.214)
Reclassificações	570.814	-	(569.234)	(1.580)	-	-
Outras variações	-	-	-	581	-	581
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>9.597.730</u>	<u>4.630</u>	<u>11.523.672</u>	<u>148.730</u>	<u>319.975</u>	<u>21.594.737</u>
Aumentos	-	-	709.356	1.042.192	-	1.751.548
Reduções	(100)	-	(697)	-	-	(797)
Utilizações	(9.497.870)	-	-	-	(319.975)	(9.817.845)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>99.760</u>	<u>4.630</u>	<u>12.232.331</u>	<u>1.190.922</u>	<u>-</u>	<u>13.527.643</u>

A utilização ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica de “Outros activos não correntes” no valor de 9.497.870 Euros corresponde ao valor nominal da conta a receber da Gilda Press, S.A., por cessão dos créditos detidos sobre aquela empresa, pelo valor de 100 Euros.

A utilização ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica “Aplicações de tesouraria” decorre da alienação de 110.713 ações do Millennium BCP, as quais foram alienadas por 431.781 Euros e geraram um ganho de 121.784 Euros (Nota 9).

As perdas de imparidade estão deduzidas aos valores dos activos.

20. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	2007			
	2009	2010	2011 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públcos - dívidas				
integradas em planos de pagamento (Nota 23)	869.197	869.197	2.429.834	4.168.228
Dívida à Sun Chemical	311.806	-	-	311.806
Francisco Baptista	344.520	362.072	30.864	737.456
Outros passivos não correntes	64.985	-	-	64.985
	<u>1.590.508</u>	<u>1.231.269</u>	<u>2.460.698</u>	<u>5.282.475</u>
2006				
	2008	2009	2010 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públcos - dívidas				
integradas em planos de pagamento (Nota 23)	869.197	869.197	3.299.030	5.037.424
Dívida à Siegwerk	591.411	-	-	591.411
Dívida à Sun Chemical	353.403	353.403	-	706.806
Outros passivos não correntes	318.009	-	-	318.009
	<u>2.132.020</u>	<u>1.222.600</u>	<u>3.299.030</u>	<u>6.653.650</u>

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início ocorrido em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.781.281 Euros e 2.472.592 Euros, respectivamente (Nota 25). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações até ao final da execução das medidas.

21. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007		2006	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	9.639.885	-	13.407.336	-
Credores por locações financeiras (a)	3.537.534	7.301.836	3.141.471	6.258.779
Contas a pagar:				
<i>Rappel</i> a liquidar	1.329.769	-	2.018.343	-
Remunerações a liquidar	1.361.577	-	1.369.869	-
Juros a liquidar	287.273	-	285.842	-
Fornecimentos e serviços externos	486.658	-	289.479	-
	<u>16.642.696</u>	<u>7.301.836</u>	<u>20.512.340</u>	<u>6.258.779</u>

(a) O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	2007	2006
2007	-	3.141.471
2008	<u>3.537.534</u>	-
2008	-	2.396.286
2009	2.356.239	2.306.402
2010	1.682.712	1.556.091
2011 e seguintes	<u>3.262.885</u>	-
	<u>7.301.836</u>	<u>6.258.779</u>
	<u>10.839.370</u>	<u>9.400.250</u>

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006
Fornecedores de imobilizado	708.178	1.407.117
Credores diversos:		
Francisco Sequeira Batista	418.794	412.805
Outros	537.395	339.887
Estado e outros Entes Públlicos (Nota 23)	2.107.903	2.300.819
Proveitos diferidos	<u>531.271</u>	<u>655.255</u>
	<u>4.303.541</u>	<u>5.115.883</u>

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2007	2006		
	Saldos devedores (Nota 15)	Saldos credores (Notas 20 e 22)	Saldos devedores (Nota 15)	Saldos credores (Notas 20 e 22)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	231.340	(76.946)	202.242	(66.846)
IVA	2.736	(348.737)	1.003	(560.312)
Contribuições para a Segurança Social	-	(642.340)	-	(644.875)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	(202.219)	-	(205.514)
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	(4.947.028)	-	(5.816.226)
Outros (c)	-	(58.861)	-	(44.470)
	<u>234.076</u>	<u>(6.276.131)</u>	<u>203.245</u>	<u>(7.338.243)</u>

(a) Os saldos credores de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas apresentam o seguinte detalhe:

	2007	2006
Estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 10)	(93.671)	(79.139)
Retenções efectuadas por terceiros	16.725	12.293
	<u>(76.946)</u>	<u>(66.846)</u>

(b) Em 31 de Dezembro de 2007, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, das quais 869.197 Euros estão classificadas como correntes (Nota 22), sendo o restante, 4.077.831 Euros, considerado como não correntes (Nota 20).

(c) As contas a pagar relativas a outros impostos incluem valores vencidos de 33.582 Euros relativos a Imposto de Selo, que apesar de não se encontrarem incluídos no Procedimento Extrajudicial de Conciliação, a sua exigibilidade subsiste desde Dezembro de 2002, sendo convicção do Conselho de Administração da Empresa de que os mesmos não têm fundamento.

24. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos naquelas datas, são os seguintes:

	2007	2006
	Saldos	Saldos
	Transacções	Transacções
Outros activos não correntes (Nota 12)	Fornecimentos e serviços externos	Outros activos correntes (Nota 15)
Gestprint	<u>3.178.931</u>	<u>315.000</u>
		<u>2.209.164</u>

Os termos ou condições praticados entre a Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

A transacção realizada com a Gestprint de 315.000 Euros, corresponde a "fees" de gestão do exercício de 2007 debitados por aquela entidade.

Os saldos e transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação foram anuladas no processo de consolidação.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua actividade são tomadas por este.

25. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo tinha prestado diversas garantias, nomeadamente garantias bancárias a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantia bancária - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.781.281
Garantia bancária - ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros (b)	2.795.456
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (a)	2.472.592
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (c)	1.207.971
Garantia bancária - IAPMEI (d)	742.405
Garantia bancária - EDP Serviço Universal (e)	180.767
Companhia IBM Portuguesa (f)	69.018
	<u>11.249.490</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).
- (b) Garantia prestada no âmbito do aluguer das instalações da Empresa por garantia bancária.
- (c) Garantia prestada no âmbito da dívida relativa a liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 10).
- (d) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 18).
- (e) Garantia prestada no âmbito do contrato de fornecimento de electricidade por garantia bancária.
- (f) Garantia prestada no âmbito do fornecimento de equipamentos informáticos.

Em 31 de Dezembro de 2007, existiam empréstimos bancários, contratos de locação financeira e dívidas ao Estado, garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 1.500.000 Euros, 3.818.113 Euros e 3.000.000 Euros, respectivamente (Nota 11).

26. RESULTADOS POR ACÇÃO E DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

O Resultado consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi de 0,067 e 0,582, respectivamente.

	2007	2006
Resultado		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	(6.747.813)	(2.327.160)
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e dílido	100.000.000	4.000.000
Resultado por acção		
Básico	(0,067)	(0,582)
Dílido	(0,067)	(0,582)

27. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Dólar Americano	1,47211	1,31387
Libra Inglesa	0,73335	0,67071
Franco Suíço	1,65871	1,60867

28. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração da Lisgráfica de 193.783 Euros, tendo sido atribuídas remunerações ao Conselho Fiscal de 30.000 Euros e 23.950 Euros, respectivamente pagos pela Lisgráfica.

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

29.1. Compromissos para a aquisição de imobilizações fixas

Em 31 de Dezembro de 2007 não existem compromissos assumidos com a compra de activos tangíveis.

29.1. Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as locações operacionais existentes respeitam essencialmente a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A. ("ESAF") pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos aqueles contratos de locação operacional são conforme segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>3.238.355</u>	<u>3.219.549</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2008	3.059.829
2009	2.955.730
2010	2.900.608
2011	2.861.358
2012	2.852.659
2013 e seguintes	<u>18.695.654</u>
	<u><u>33.325.838</u></u>

29.3. Compromissos para a aquisição de participações financeiras

No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros (Nota 4).

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo gera o seu capital para assegurar que as empresas participadas prosseguem as suas operações numa óptica de continuidade. Neste contexto, o Grupo analisa periodicamente, para todas as empresas que dele fazem parte, a sua estrutura de capital (próprio e alheio) e maturidade da dívida, procedendo ao respectivo financiamento sempre que necessário.

A estrutura de capital do Grupo afecta às suas operações, inclui os empréstimos divulgados na Nota 18, caixa e equivalentes e o capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa-mãe (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	2007	2006
Activos financeiros:		
Contas a receber de terceiros	18.203.230	20.067.581
Caixa e seus equivalentes	-	2.728.471
	<u>18.203.230</u>	<u>22.796.052</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos	20.012.082	18.382.262
Caixa e seus equivalentes	3.820.595	-
Contas a pagar a terceiros	<u>32.999.277</u>	<u>37.885.397</u>
	<u>56.831.954</u>	<u>56.267.659</u>

O Grupo encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos:

(a) Risco de mercado:

Os riscos de mercado estão relacionados com alterações nas taxas de juro, os quais estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores ou inferiores em 0,5% durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o resultado líquido consolidado daqueles exercícios teria aumentado ou diminuído em, aproximadamente, 159.000 Euros e 190.000 Euros, respectivamente.

(b) Risco de crédito:

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das operações da Empresa. Para reduzir o risco de crédito, a Lisgráfica tem definidas políticas de concessão de

crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objectivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculados considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- o histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- acordos de pagamento existentes;
- as condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 19.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente reflectidas nas demonstrações financeiras, não existindo necessidade de reforçar os ajustamentos de contas a receber.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos, conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis.

Saldos Vencidos	2007	2006
Até 180 dias	2.104.526	2.123.501
De 180 dias a 360 dias	18.489	657.549
A mais de 360 dias	384.898	1.554.281
	2.507.913	4.335.331

(c) Risco de liquidez:

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos accionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados, face à pressão exercida pelos recebimentos operacionais. Os passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 vencem-se como segue:

Passivos financeiros	2007				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Remunerados:					
Empréstimos	14.687.331	2.625.492	3.235.161	3.444.526	23.992.510
Credores por locações financeiras	3.537.534	2.356.239	1.682.712	3.262.885	10.839.370
Outros passivos financeiros	869.197	1.231.269	900.061	2.429.834	5.430.361
	<u>19.094.062</u>	<u>6.213.000</u>	<u>5.817.934</u>	<u>9.137.245</u>	<u>40.262.241</u>
Não remunerados:					
Fornecedores, conta corrente	9.639.885	-	-	-	9.639.885
Fornecedores de imobilizado	708.178	-	-	-	708.178
Outros passivos financeiros	6.221.650	-	-	-	6.221.650
	<u>16.569.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.569.713</u>
	<u>35.663.775</u>	<u>6.213.000</u>	<u>5.817.934</u>	<u>9.137.245</u>	<u>56.831.954</u>
2006					
Passivos financeiros	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Remunerados:					
Empréstimos	6.018.447	3.670.845	3.081.640	6.883.305	19.654.237
Credores por locações financeiras	3.141.471	2.396.286	2.306.402	1.556.091	9.400.250
Outros passivos financeiros	869.197	1.222.600	869.197	3.299.030	6.260.024
	<u>10.029.115</u>	<u>7.289.731</u>	<u>6.257.239</u>	<u>11.738.426</u>	<u>35.314.511</u>
Não remunerados:					
Fornecedores, conta corrente	13.407.336	-	-	-	13.407.336
Fornecedores de imobilizado	1.407.117	-	-	-	1.407.117
Outros passivos financeiros	6.138.695	-	-	-	6.138.695
	<u>20.953.148</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.953.148</u>
	<u>30.982.263</u>	<u>7.289.731</u>	<u>6.257.239</u>	<u>11.738.426</u>	<u>56.267.659</u>

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Fevereiro de 2008, a Rasográfica adquiriu, em transacção fora de bolsa, um total de 8.500.000 acções da Lisgráfica, o que se traduz em 8,5% do capital social e de direitos de voto desta.

Adicionalmente, em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa, da Heska mediante a transmissão global do património desta sociedade, a concretizar no primeiro quadrimestre de 2008. A incorporação da Heska na Empresa originará um aumento de capital de 4.334.831 Euros, mediante a emissão de 86.696.620 novas acções, com o valor nominal de 0,05 Euros cada.

Queluz de Baixo, 21 de Abril de 2008

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		39.949.351	36.724.311
Pagamentos a fornecedores		(25.502.024)	(24.318.634)
Pagamentos ao pessoal		(6.572.219)	(7.249.579)
Fluxos gerados pelas operações		7.875.108	5.156.098
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(153.598)	(144.609)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(3.846.903)	(388.206)
Fluxos das actividades operacionais (1)		3.874.607	4.623.283
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	7.217.067
Vendas de activos tangíveis		38.500	2.163.625
Juros e proveitos similares		452.106	8.193
		490.606	9.388.885
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(448.355)
Activos tangíveis		(5.310.181)	(1.768.258)
		(5.310.181)	(2.216.613)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(4.819.575)	7.172.272
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições financeiras		2.780.000	63.870.680
Aumento de capital	17	4.800.000	-
		7.580.000	63.870.680
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições financeiras		(9.120.171)	(69.420.792)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1.845.345)	(1.807.160)
Juros e custos similares		(2.218.582)	(1.900.834)
		(13.184.098)	(73.128.786)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(5.604.098)	(9.258.106)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(6.549.066)	2.537.449
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	2.728.471	191.022
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	(3.820.595)	2.728.471

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício
findo em 31 de Dezembro de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

Aos Accionistas da LISGRÁFICA – Impressão e Artes Gráficas, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da LISGRÁFICA – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 e Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhamos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, bem como das empresas englobadas na consolidação, o cumprimento dos normativos legais e estatutários em vigor, o sistema de gestão de riscos e o sistema de controlo interno, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade e das empresas englobadas na consolidação todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Acompanhamos ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas aos documentos de prestação de contas consolidadas da Sociedade, tendo também recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, emitimos parecer favorável sobre o projecto de fusão da "Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A." (sociedade incorporada) na Sociedade e apreciamos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Apreciamos ainda o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 e Dezembro de 2007 emitido pelo Conselho de Administração e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as contas consolidadas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual inclui nos seus parágrafos 6 a 9 quatro ênfases e que mereceu o nosso acordo.

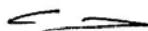
Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito nos parágrafos 6 a 9 da referida Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Assim, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Por fim, desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração, aos serviços da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Queluz de Baixo, 29 de Abril de 2008

O Conselho Fiscal


Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC
representada por
Óscar José Alçada da Quinta

Filipa Cordeiro


José Manuel Varandas Marques

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 56.376.952 Euros e capitais próprios negativos de 1.583.482 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 6.747.813 Euros, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 3

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, ainda que a Empresa tenha vindo a registrar resultados negativos nos últimos exercícios e, em 31 de Dezembro de 2007, o capital próprio seja negativo em 1.583.482 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, encontrando-se outras em curso. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a classificação e liquidação dos seus passivos no curso normal das operações, dependem do sucesso das suas operações futuras, nomeadamente, da concretização e implementação do processo de fusão referido no paragrafo 8 abaixo, bem como das medidas de reestruturação em curso e do suporte financeiro dos seus accionistas.



Página 3 de 3

7. Em 31 de Dezembro de 2007 o saldo da rubrica “Outros activos não correntes” no total de, aproximadamente, 3.365.000 Euros, inclui contas a receber do accionista Gesprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. no montante de, aproximadamente, 3.179.000 Euros, que não vencem juros nem têm um plano de reembolso definido.
8. Em 21 de Dezembro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração e em 15 de Fevereiro de 2008 pela Assembleia Geral de Accionistas, a fusão por incorporação na Empresa da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. mediante a transmissão global do património desta sociedade, a concretizar no primeiro quadrimestre de 2008.
9. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 17 de Abril de 2007, inclui uma ênfase relacionada com os assuntos descritos no parágrafo 6 acima e uma outra ênfase não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Lisboa, 21 de Abril de 2008

Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André